

boletim paradigma



vol 12
ago 2017



ISSN 2176-3445

O trabalho do terapeuta da infância e adolescência junto à orientação parental: uma formação de excelência

A dimensão política do acompanhamento terapêutico: o papel do AT na retomada do espaço público

O desafio de preparar o psicólogo clínico: o papel do supervisor

Maly Delitti, uma história modelar

Analu Ianik Costa e Anne Caroline Camargo entrevistam Gabriela Reyes Ormeno

Peer tutoring como estratégia de ensino e programação de generalização

Resenha dos livros: *Behaviorismos: Reflexões Históricas e Conceituais* e *The Nurture Effect: How the Science of Human Behavior Can Improve Our Lives and Our World*

Terapia Comportamental Dialética (DBT): Uma Breve Apresentação



Ilustração da capa: Sílvia Amstalden

A Associação Paradigma, instituição sucessora do Núcleo Paradigma, é um centro de pesquisa, ensino e assistência, localizado na cidade de São Paulo, no bairro de Perdizes. Fundada em 2005, tem como objetivo a busca de soluções para problemas relacionados ao comportamento humano, oferecendo os seguintes serviços e atividades:

Formação em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, aprimoramento e extensão, atualização e capacitação profissional.

Clínica-escola composta por terapeutas e acompanhantes terapêuticos que trabalham sob a perspectiva analítico-comportamental no atendimento de crianças, adolescentes, adultos, casais, famílias, pessoas com desenvolvimento atípico e transtornos psiquiátricos.

Eventos culturais que promovem o diálogo da psicologia com diferentes áreas do conhecimento e da arte.

boletim paradigma

Uma publicação da Associação Paradigma
– Centro de Ciências e Tecnologia
do Comportamento
São Paulo, vol. 12, agosto de 2017.

Coordenação Editorial

Roberta Kovac

Assistentes Editoriais

Bernardo Dutra Rodrigues

Ila Marques Porto Linhares

Revisão

Camila Carvas

Comissão Executiva

Roberta Kovac

Joana Singer Vermes

Denis Zamignani

Roberto Alves Banaco

Candido Pessôa

Marina Dantas

Projeto Gráfico e Diagramação

Sílvia Amstalden



centro

paradigma

ciências do comportamento

**Associação Paradigma Centro
de Ciências e Tecnologia do
Comportamento**

Rua Wanderley, 611

Perdizes, São Paulo-SP

CEP: 05011-001

TEL: 55 11 3672 0194

www.paradigmaac.org

contato@paradigmaac.org

Agosto 2017

Tiragem: 5.000 exemplares

ISSN 2176-3445

Sumário

Editorial 2

Análise do Comportamento e Psicoterapia 3

O trabalho do terapeuta da infância e adolescência junto à orientação parental: uma formação de excelência

Ana Beatriz Chamati, Clarissa Pereira e Luiza Brandão

Análise do comportamento e sociedade 6

A dimensão política do acompanhamento terapêutico: o papel do AT na retomada do espaço público

Bernardo Dutra Rodrigues e Mariane Ferreira de Souza

Teoria e aplicação 10

O desafio de preparar o psicólogo clínico: o papel do supervisor

Tatiana Lance, Hélio José Guilhardi e Roberto Alves Banaco

Paradigma Entrevista 15

Analu Ianik Costa e Anne Caroline Camargo entrevistam Gabriela Reyes Ormeno

História de vida 19

Maly Delitti, uma história modelar

Regina Wielenska

Análise do comportamento e educação 21

Peer tutoring como estratégia de ensino e programação de generalização

Thiago Florêncio

Na estante 24

Resenha do livro *Behaviorismos: Reflexões Históricas e Conceituais*

Rafael Ernesto Arruda Santos

Resenha do livro *The Nurture Effect: How the Science of Human Behavior Can Improve Our Lives and Our World*

Thiago Calegari, Diego Mansano Fernandes

Análise do comportamento e sociedade 31

De que forma a Análise do Comportamento pode se inserir no processo político

Maria Fernanda Spinol e Fernando Albregard Casas

Análise do comportamento e psicoterapia 36

Terapia Comportamental Dialética (DBT): Uma Breve Apresentação

Jan Luiz Leonardi

Editorial

Caríssimos colegas e amigos

É com muita satisfação que apresentamos mais um número do Boletim Paradigma, uma publicação que, desde sua origem, propõe-se a intensificar o contato dos profissionais do Paradigma com pessoas interessadas em Análise do Comportamento. Sempre trazendo textos de fácil leitura, apresenta temas relevantes e atuais relacionados à aplicação desta ciência em diversos campos.

Neste número, Tatiana Lance, Hélio José Guilhardi e Roberto Alves Banaco apresentam um tema fundamental na formação do terapeuta: o papel do supervisor. Não por coincidência, na sessão “História de Vida”, duas gigantes da terapia analítico-comportamental, supervisoras de uma geração de terapeutas, estão representadas – Regina Wielenska nos conta a história de vida de Maly Delitti.

Ainda sobre psicoterapia, Ana Beatriz Chamati, Clarissa Pereira e Luiza Brandão discutem a importância da formação do terapeuta que trabalha com infância e adolescência e orientação parental, apresentando o novo curso a ser oferecido no Paradigma: “Aprimoramento em clínica analítico comportamental: orientação parental e intervenção com crianças e adolescentes”.

E ainda falando de novidades e psicoterapia, Jan Leonardi traz uma breve apresentação da Terapia Comportamental Dialética (DBT), texto conectado ao também novo curso do Paradigma: Terapias Comportamentais Contextuais.

Na seção “Análise do Comportamento e Educação”, Thiago Florêncio apresenta o *Peer*

tutoring como estratégia de ensino e programação de generalização.

Dois importantes livros foram resenhados nesta edição do Boletim: Rafael Ernesto Arruda Santos escreve sobre o livro *Behaviorismos: Reflexões Históricas e Conceituais – Vol. 1*, publicado pela Editora Núcleo Paradigma e organizado por Diego Zilio e Kester Carrara (publicação que terá seu segundo volume lançado durante o XXVI Encontro Anual da ABPMC).

Thiago Calegari e Diego Mansano Fernandes escrevem a resenha do livro de Anthony Biglan: *The Nurture Effect: How the Science of Human Behavior Can Improve Our Lives and Our World*. Vale notar que Calegari defendeu sua dissertação no Mestrado em Análise do Comportamento Aplicada do Paradigma em 2016, tendo como parte da banca o professor Biglan.

Na seção “Paradigma entrevista”, Analu Ianik Costa e Anne Caroline Camargo entrevistaram Gabriela Ormeño, mostrando a importância do seu trabalho com mulheres encarceradas.

Por fim, dois interessantes textos estão na seção “Análise do Comportamento e Sociedade” – Bernardo Dutra Rodrigues e Mariane Ferreira de Souza discutem a dimensão política do acompanhamento terapêutico e mostram o papel do AT na retomada do espaço público. Maria Fernanda Spinola e Fernando Albregard Cassas contam de que forma a Análise do Comportamento pode se inserir no processo político.

Mais uma vez, esperamos que disfrutem da leitura. Para nós foi um prazer realizar mais esta edição!

Análise do Comportamento e Psicoterapia

O trabalho do terapeuta da infância e adolescência junto à orientação parental: uma formação de excelência

Ana Beatriz Chamati, Clarissa Pereira e Luiza Brandão

No atendimento de crianças e adolescentes, faz-se importante o aprendizado não somente de técnicas e manejo com esse público, mas também a compreensão a respeito de relações familiares relevantes (Naves & Vasconcelos, 2008). Em grande parte das vezes (ou quase na totalidade delas), é necessária a inclusão dos pais e cuidadores para que resultados sejam conquistados.

Dessa forma, a formação do terapeuta comportamental da infância e adolescência precisa contemplar pelo menos esses dois focos: o

Dessa forma, a formação do terapeuta comportamental da infância e adolescência precisa contemplar pelo menos esses dois focos: o atendimento à criança e ao adolescente, especificamente, e a orientação parental.

atendimento à criança e ao adolescente, especificamente, e a orientação parental.

Peculiaridades do trabalho com crianças e adolescentes precisam ser compreendidas e consideradas no planejamento da intervenção: (i) formas de evocar comportamentos clinicamente relevantes em sessão (Kohlenberg & Tsai, 1991), (ii) avaliar repertórios deficitários que precisam ser aprendidos, (iii) estabelecer vínculo terapêu-

tico, (iv) linguagem adequada na comunicação e (v) uso de fantasia como estratégia de intervenção (Oaklander, 1993), entre outros.

O mesmo ocorre no manejo das intervenções planejadas a serem realizadas com os pais. Entre os aspectos que devem ser levados em consideração estão: (i) produzir esclarecimento a respeito de variáveis relevantes no controle do comportamento dos filhos, (ii) modificar determinadas contingências avaliando sob controle de quais variáveis está o comportamento dos pais em determinada situação, (iii) conhecer sobre a vida e a infância

dos pais, (iv) estabelecer-se como audiência não punitiva, (v) utilizar materiais que auxiliam no ensino da comunicação com os filhos

(como, Faber & Mazlish, 1985), (vi) pensar estratégias de manejo comportamental fora da sessão e assim por diante.

Via de regra, os alunos recém-formados interessados no público infantil procuram aprimorar-se no atendimento às crianças, muitas vezes negligenciando o fato de que, necessariamente, entrará em contato com os pais. Portanto, é preciso habilidades específicas com

ambos os públicos. A busca pela aprendizagem em atender pais acontece, geralmente, em um segundo momento, quando o encaminhamento para atendimento de crianças começa a aumentar e os alunos se veem defasados nas habilidades necessárias para conduzir o contato com os pais. A defasagem nas estratégias e intervenções específicas do atendimento parental pode gerar falhas graves ao longo do trabalho realizado com crianças e adolescentes.

Assim, quem atende crianças e adolescentes deve aprender a atender pais, bem como quem atende pais deve aprender a atender crianças e adolescentes.

O novo curso de «Aprimoramento em clínica analítico comportamental: orientação parental e intervenção com crianças e adolescentes» do Centro Paradigma surge da experiência com os cursos de “Aprimoramento em Clínica Analítico Comportamental Infantil” e “Aprimoramento em Orientação Parental: análises e procedimentos”. Propõe-se formar o terapeuta comportamental da infância e adolescência em sua completude, apresentando o aprendizado de atendimento clínico parental e de intervenção e manejo clínico com crianças e adolescentes em uma mesma formação. ■

Referências

Faber, A., & Mazlish, E. (1985). *Pais liberados, filhos liberados*. São Paulo: Ibrasa.

Kohlenberg, R. J., & Tsai, M. (1991). *Functional Analytic Psychotherapy: Creating intense and curative therapeutic relationships*. Nova Iorque: Plenum Press.

Naves, A. R. C. X., & Vasconcelos, L. A. (2008). O estudo da família: Contingências e metacontingências. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 4(1), 13-25.

Oaklander, V. (1978). *Descobrir crianças: abordagem gestáltica com crianças e adolescentes* (Trad. George Schlesing em 1980). São Paulo: Summus.

Luiza Brandão é psicóloga (USP), mestre em Psicologia Clínica pelo Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da USP, com formações em Clínica Analítico-Comportamental Infantil e em Orientação de Pais, ambas pelo Centro Paradigma. Atualmente é coordenadora e supervisora do curso de Formação em Clínica Analítico-Comportamental Infantil no Centro Paradigma. Atua com atendimento de crianças e adolescentes em consultório particular e realiza intervenções clínicas em ambiente residencial e escolar.

Clarissa Moreira Pereira possui graduação em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006), é especialista em Psicologia Comportamental e Cognitiva pela USP (2007), mestre em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento pela PUC-SP (2009) e doutora em Psicologia Experimental pela USP (2015). Atualmente é coordenadora no curso de Formação em Clínica Analítico-Comportamental Infantil no Centro Paradigma, supervisora, professora e orientadora de monografia nos cursos de Qualificação Avançada em Clínica Analítico-Comportamental e Qualificação Avançada em Análise Aplicada ao Transtorno do Espectro Autista e Atraso no Desenvolvimento.

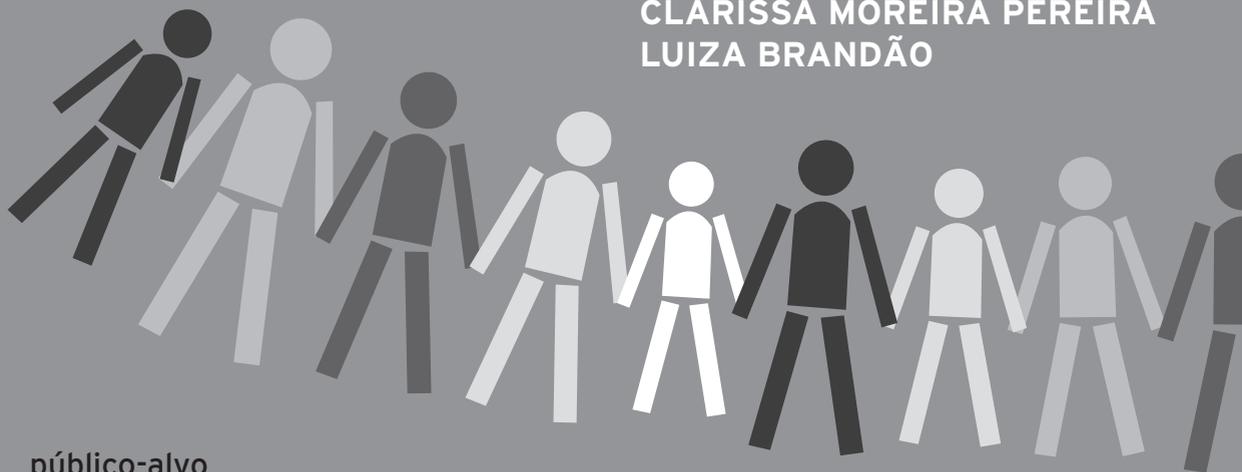
Ana Beatriz Chamati é psicóloga (UPM), mestre em psicologia experimental (PUC-SP) e especialista em clínica analítico-comportamental (Centro Paradigma). Com dez anos de experiência clínica, ministra workshops para pais, é especialista em orientação parental, atendimento infantil e familiar e observação in loco. É professora, supervisora e coordenadora no Centro Paradigma. Coordenou o Programa de Análise do Comportamento na UPIA – Unifesp. Atualmente, além do trabalho clínico, fornece consultoria em escolas visando a transformação da dinâmica aluno/professor. De janeiro a junho de 2016 realizou trabalho voluntário no *Early Years & Counselling na Green School*, Bali, Indonésia.

APRIMORAMENTO EM CLINICA ANALÍTICO COMPORTAMENTAL: ORIENTAÇÃO PARENTAL E INTERVENÇÃO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Uma parceria entre a Associação Paradigma e a Unidade de Psiquiatria da Infância e Adolescência da UNIFESP

coordenação

ANA BEATRIZ D. CHAMATI
CLARISSA MOREIRA PEREIRA
LUIZA BRANDÃO



público-alvo

Psicólogos, psiquiatras,
profissionais da área da saúde

carga horaria

60h de supervisão clínica
100h de aula teórica

horários

Quinzenalmente às
sextas-feiras das 10h às 19h

Supervisão:

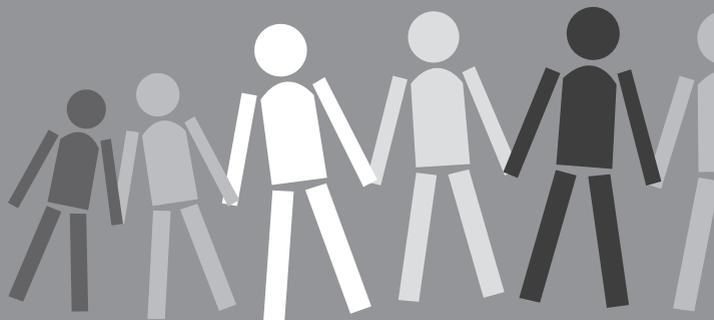
sextas-feiras: das 10h às 13h ou
terças-feiras: das 19h às 22h
Possibilidade de atendimento/estágio na
UPIA (UNIFESP)

Aula Teórica:

sextas-feiras: das 14h às 19h

início

fevereiro de 2018



Análise do comportamento e sociedade

A dimensão política do acompanhamento terapêutico: o papel do AT na retomada do espaço público

Bernardo Dutra Rodrigues e Mariane Ferreira de Souza

A cidade é um espaço de luta. Ela é o palco da interação conflituosa entre inúmeros indivíduos e grupos sociais. Diversas histórias comportamentais geram miríades de repertórios diferentes e cada um, ao seu jeito, tem que encontrar uma maneira de sobreviver nesse território. Não é uma tarefa fácil para ninguém, mas para alguns as dificuldades podem ser ainda maiores.

O espaço é sempre político; mas se por um instante a cidade parecer neutra, não é por causa da ausência de uma dimensão política, e sim, porque ela já se encontra organizada e submetida a estratégias antigas que nem sempre podem ser identificadas (Frayze-Pereira, 1997). A nossa sociedade se baseia num sistema competitivo e rigidamente estratificado, e mesmo a ideia de uma mobilidade social serve para a manutenção do *status quo* e o engajamento de uma grande maioria a serviço de uma elite (Holland, 1973/1977).

O poder de configurar o espaço, ou de elaborar as contingências sociais do meio urbano, recai sobre os ombros dessa elite. A urbaniza-

ção sempre foi um fenômeno de classe, já que o controle desse processo repousa nas mãos dos poucos que manipulam e concentram o capital (Harvey, 2012). Esse desequilíbrio na balança do poder acarreta sérios problemas sociais.

De acordo com uma visão comportamental, o poder é entendido como o controle do acesso a reforçadores importantes e da história de reforçamento de um determinado grupo so-

De acordo com uma visão comportamental, o poder é entendido como o controle do acesso a reforçadores importantes e da história de reforçamento de um determinado grupo sobre outro (Baum, 2005/2006).

bre outro (Baum, 2005/2006). Sendo assim, as contingências em vigor na cidade privilegiam determinados grupos (aqueles que detêm o capital), enquanto segregam outros.

A exclusão derivada dessa formação enviesada do meio urbano acontece de diversas formas; algumas mais diretas, como o bloqueio do acesso de um determinado grupo a certos lugares ou serviços, ou de maneiras mais sutis, como produzir respostas emocionais que podem ser descritas por certos grupos de indiví-

duos como incomodas ou até mesmo a sensação de não pertencimento aquele local.

As relações comportamentais por trás da segregação são complexas e, muitas das vezes, invisíveis. Elas podem ser contingentes a determinados padrões de comportamento considerados divergentes da norma (e.g., comportamento psicótico), mas também ocorrem sob controle de outros estímulos, como, por exemplo, características relacionadas a gênero, raça, classe econômica, etc. As formas práticas da exclusão vão desde políticas de internação compulsória do paciente psicótico até olhares julgadores em cima de um morador de rua andando por uma região nobre da cidade.

Nesse contexto, a rua se torna um ambiente não apenas fundamental para o entendimento da formação e da manutenção das psicopatologias, mas também o *locus* para o surgimento de uma nova intervenção, o acompanhamento terapêutico (AT)¹.

Essa modalidade de atendimento tem como principal característica a existência/ocorrência fora do consultório, diferentemente da tradi-

O acompanhante terapêutico é um dos herdeiros diretos da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial.

cional terapia de gabinete. O atendimento pode ocorrer nos mais variados lugares, desde a casa do paciente, ou na escola, chegando até mesmo à espaços públicos, onde ele tem a oportunidade de retomar direitos, pôr em prática habilidades treinadas ou enfrentar obstáculos e adversidades da forma mais natural possível (Porto & Sereno, 1992).

Normalmente, o AT está inserido numa equipe multidisciplinar ou subordinado a um terapeuta responsável pelo caso. Como Zamignani e Wielenska (1999) apresentaram, ele é “o profissional ou estudante [...] cuja as

ações são necessariamente subordinadas as decisões anteriormente elaboradas pelo profissional ou equipe com a qual trabalha” (p.160). E apesar de, muitas vezes, não ser o responsável primário pelas intervenções a serem realizadas, é o agente que lida com as dificuldades e possibilidades do cliente *in loco*.

Entretanto, é importante questionar até que ponto essa intervenção realmente se coloca como uma ferramenta de modificação das contingências mantenedoras dos problemas sociais, ou se constitui apenas como uma prática paliativa que ajuda na manutenção desse panorama de desigualdade de poder. Não podemos deixar de olhar para a dimensão política da nossa prática e da nossa ciência. Holland (1973/1977) não deixa espaço para a ideia de uma neutralidade científica; para o autor, a ciência está a serviço de quem domina os meios para usá-la. E, dentro de uma sociedade que se desenvolve em um caminho planejado para atender a uma determinada elite, é esperado o surgimento de dispositivos de saúde que atendam as demandas específicas desse grupo e não as da comunidade como todo (Cesarino, 1991). Mesmo vestida com roupas de assistência, a prática do

AT pode se tornar uma forma da elite se preservar e se proteger do que ela vê como perigo.

Valorizar a dimensão política do AT não é algo novo; na verdade, esse sempre foi o cerne desse tipo de atendimento (Berger, Morettin & Braga, 1991). O acompanhante terapêutico é um dos herdeiros diretos da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial. Portanto, a racional desse tipo de atendimento não pode ser a simples readequação do paciente ao ambiente, mas uma intervenção direcionada para as contingências sociais que geram e mantêm as psicopatologias.

Um passo importante nessa direção é a ampliação do foco de atuação do AT. Deve-se deixar de pensar apenas no indivíduo, mas sim no grupo, ou seja, uma comunidade, um bairro, uma associação de moradores. Além das vantagens econômicas e do alcance da intervenção serem maiores, existe outra razão: nossa vida é comunitária, portanto as intervenções devem ser pensadas já dentro desse contexto (Cesarino, 1991).

Isso já ocorre em alguns lugares, como, por exemplo, no Instituto A Casa (<http://www.acasa.com.br>), o primeiro grupo de AT's de São Paulo. Ali, além de um espaço para que os pacientes possam ser alvo de intervenções especializadas com os profissionais da saúde que trabalham no local, eles também são levados para se engajar em atividades de produção, autocuidado, autogestão, etc, desenvolvendo assim maneiras idiossincráticas de interagir no mundo, bem como um repertório de resiliência para enfrentar, a seu modo, as barreiras que são impostas “lá fora”.

Cesarino (1991) conta ainda outro exemplo que serve como inspiração para uma prática política e mais efetiva do AT. O autor descreve que, em meados da década de 1990, instaurou-se o serviço de agente de saúde em Osasco (SP): um profissional que trabalhava na comunidade de um determinado paciente, visando melhorar o ambiente em que ele estava inserido. Por meio de um planejamento junto

à comunidade e da clarificação de todas as variáveis importantes para o entendimento da condição daquele paciente, ele gerava o engajamento de todos no tratamento. Ao final do seu trabalho, o agente de saúde saía completamente de cena e a própria comunidade geria sozinho tarefas como cuidar da medicação do paciente, administrar momentos de crise e criar novas práticas sociais visando a prevenção da saúde mental dos seus habitantes.

Esse deveria ser o centro do trabalho do AT: trabalhar não apenas com o paciente alvo final da intervenção, mas também com a co-

Esse deveria ser o centro do trabalho do AT: trabalhar não apenas com o paciente alvo final da intervenção, mas também com a comunidade da qual ele faz parte, cumprindo o papel político no qual foi inicialmente concebido.

munidade da qual ele faz parte, cumprindo o papel político no qual foi inicialmente concebido. Dessa forma, poderíamos sonhar com o momento em que a sua figura se faria desnecessária, uma vez que as barreiras de não pertencimento dispostas entre o paciente e a classe dominante não mais seriam um problema, porque teriam sido vencidas. ■

1 A construção história do AT não será abordada neste texto, mas aqueles interessados nesse assunto podem encontrar uma boa análise em: Berger, E.; Morettin, A. V.; Braga Neto, L. (1991). História. Em: Equipe de acompanhante terapêuticos do hospital-dia A Casa (org.). A rua como espaço clínico. São Paulo: Ed. Escuta.

Referências

Baum, W. M. (2006). *Compreender o behaviorismo: ciência, comportamento e cultura*. (2ª ed.). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 2005).

Berger, E.; Morettin, A. V.; Braga Neto, L. (1991). História. Em: Equipe de acompanhantes terapêuticos do hospital-dia A Casa (org.). *A rua como espaço clínico: acompanhamento terapêutico*. São Paulo: Ed. Escuta.

Cesarino, A. C. (1991). A rua e o social de cada um. Em: Equipe de acompanhantes terapêuticos do hospital-dia A Casa (org.). *A rua como espaço clínico: acompanhamento terapêutico* São Paulo: Ed. Escuta.

Harvey, D. (2012). Direito à cidade. *Lutas sociais*, n29, p.73-89.

Holland, J. G. (1977). Servirán los principios conductales para lós revolucionários? Em: , F. S Keller. & E., Ribes-Iñesta. *Modificación de conducta: aplicaciones a la educación*. México: Ed. Trillas. PP.265-281. (trabalho originalmente publicado em 1973)

Frayze-Pereira (1997). Crise e Cidade: por uma poética do acompanhamento terapêutico. Em: Equipe de acompanhantes terapêuticos do Hospital-Dia A Casa (Org.). *Crise e cidade: acompanhamento terapêutico*. São Paulo: Educ.

Porto, M. & SerenoRENO, D. (1991). Sobre acompanhamento terapêutico. Em: Equipe de acompanhantes terapêuticos do hospital-dia A Casa (org.). *A rua como espaço clínico: acompanhamento terapêutico* (cap. 2, pp 23-30). São Paulo: Ed. Escuta.

Zamignani, D. R.; Wielenska, R. C. (1999). Redefinindo o papel do acompanhante terapêutico. Em: H. J. Guilhardi & N. C. de Aguirre (Orgs.). (2006). *Sobre comportamento e cognição*: Vol. 18. Santo André: Esetec.

Bernardo Dutra Rodrigues é psicólogo pela universidade da Amazônia. Mestre em Psicologia experimental pela UFPA. Especialista em terapia analítico-comportamental pelo Núcleo Paradigma. Membro do coletivo Behaviorismo Discordiano. Contato: bdr367@yahoo.com.br

Mariane Ferreira de Souza é psicóloga formada pelo Centro Universitário São Camilo. Pós-graduanda em Terapia Analítico-Comportamental pelo Núcleo Paradigma de Análise do Comportamento. Participação em cursos e eventos relacionados à Análise do Comportamento, Terapia Analítico-Comportamental e Desenvolvimento Atípico. Experiência institucional e acompanhamento terapêutico de casos de autismo. Membro do coletivo Behaviorismo Discordiano.

Teoria e aplicação

O desafio de preparar o psicólogo clínico: o papel do supervisor

Tatiana Lance, Hélio José Guilhardi e Roberto Alves Banaco

Um dos maiores desafios na formação do psicólogo clínico está focalizado no papel do supervisor. A atividade de supervisão como tem sido praticada prepara o aluno de maneira muito precária para a importante função de psicoterapeuta. Não é objetivo deste artigo listar as limitações que o supervisor enfrenta na sua função, mas pode-se afirmar que há muito a ser modificado. A questão crucial se resume aos procedimentos que ele deve adotar a fim de realizar uma supervisão que realmente prepare seus supervisionados para o que deles se espera na vida profissional. O supervisor deve atuar visando produzir pelo menos dois resultados essenciais e inseparáveis: a) tornar o psicólogo um psicoterapeuta qualificado na sua prática, capaz de atuar associando sua formação conceitual com habilidades e sensibilidade para implementar procedimentos psicoterapêuticos sistematicamente consistentes com tal arcabouço conceitual; e b) preparar o psicoterapeuta para adquirir amplo repertório comportamental que lhe permita implementar procedimentos psicoterapêuticos apropriados para o desenvolvimento harmônico do seu cliente consigo mesmo e com a comunidade significativa do seu mundo sócio-afetivo cotidiano.

Há uma tendência generalizada nos cursos de graduação de Psicologia a privilegiar a

formação teórico-conceitual dos alunos dissociada da formação prática, que acaba deslocada para os últimos semestres e com escassas oportunidades de atuar diretamente com a população. Ao supervisor cabe a importante responsabilidade de iniciar a formação do futuro psicoterapeuta em condições bastante adversas: pouco tempo para supervisionar individualmente seu aluno; basear-se em precários relatos verbais, feitos pelo próprio aluno, sobre o que teria ocorrido nas sessões; dar orienta-

Não é objetivo deste artigo listar as limitações que o supervisor enfrenta na sua função, mas pode-se afirmar que há muito a ser modificado

ções, na forma de instruções breves, sem a mínima condição de avaliar quais repertórios de comportamentos clinicamente significativos o aluno adquiriu sob as limitadas condições instrucionais do supervisor etc. A literatura a respeito da preparação do supervisor é bastante escassa, e pode-se citar o livro de Zamignani e Meyer (2014) como um importante modelo de análise do comportamento do psicoterapeuta em interação com seu cliente e, como tal, muito útil para inspirar a preparação e o treinamento de supervisores.

Rosenberg (2006), consoante com as preocupações do presente texto, explicita que a supervisão clínica exige grande dedicação dos

superiores em Psicologia para buscar métodos capazes de proporcionar aos futuros psicoterapeutas o aprendizado de conceitos e habilidades necessárias para a condução de um processo psicoterapêutico afetivo, mas não avança diretamente para uma proposta de como operacionalizar tal preocupação. Banaco (1993) foi mais específico ao expor que alguns comportamentos desejáveis do psicoterapeuta são eminentemente do tipo aberto (expresso publicamente) e podem ser facilmente treinados, seja por seguimento de regras, modelagem em *role-playing* ou mesmo por modelação. Outros autores (Moreira, 2003; Thurber, 2005 e Ulian, 2002) acrescentam preocupações gerais do que cabe ao supervisor transmitir ao seu aluno. Segundo eles, o supervisor parece ter um papel de grande importância, já que seu trabalho consiste em fortalecer o embasamento teórico, estabelecer uma conduta ética e garantir a capacidade de atuação, desenvolvendo no aluno-psicoterapeuta as habilidades ne-

cessárias para o exercício da profissão. Faltam, porém, em tais textos, o comprometimento em detalhar como o supervisor deve proceder para transmitir aos supervisionados comportamentos que revelem consistente embasamento teórico, conduta ética e competência clínica! Artigo de Campos (1989), embora de longa data, não perdeu, infelizmente, a atualidade, ao afirmar que a falta de pesquisas no campo da supervisão clínica faz com que cada supervisor utilize a metodologia que julga mais conveniente, tornando sua atividade inacessível à comunidade científica.

Campos (1989) afirma que a falta de pesquisas no campo da supervisão clínica faz com que cada supervisor utilize a metodologia que julga mais conveniente, tornando sua atividade inacessível à comunidade científica. Poderia ser acrescentado, como um sinal de alerta, que as práticas de supervisão que

vêm sendo adotadas sem avaliações científicas confiáveis têm sido imitadas, repetidas, sem a necessária atitude crítica, e têm se consolidado como sendo as únicas disponíveis e necessariamente eficientes. Tal equívoco, baseado na tradição vigente na área de supervisão clínica, desestimula a variabilidade comportamental que traria dois benefícios diretos: a) avaliação da eficácia que não tem sido demonstrada nas práticas cristalizadas pelo uso e b) sistematização de novas práticas mais eficientes, com eficácia se apoia em evidências empíricas reveladas por controle experimental.

Os autores do presente texto não estão sozinhos em suas preocupações. Assim, Ferreira (2003) escreve que um supervisor só estará se comportando adequadamente quando, como consequência de sua conduta, o psicoterapeuta desenvolver uma classe de comportamentos que o possibilite atender o cliente com facilidade e eficácia. Ainda, Banaco e Zamignani

(1999) destacam que não é suficiente observar apenas a interação entre psicoterapeuta e cliente, mas é necessário manter um contato direto com o psicoterapeuta

para que ele tome conhecimento dos aspectos considerados relevantes pelo supervisor, bem como para que ele próprio possa formular novas formas de comportamento.

Conclui-se que não existe uma definição da melhor estrutura para a prática da supervisão clínica. Desenvolver e instalar repertórios necessários aos alunos e psicoterapeutas recém-formados em Psicologia ainda é tarefa particularizada e individualizada entre os supervisores. Seria importante, portanto, compreender e definir como e o que exatamente o supervisor precisa fazer para ensinar seus supervisionados o que fazer na interação com seu cliente.

Cientes das informações e reflexões acima, os autores Lance, Banaco e Guilhardi(2017) se propuseram a delinear e desenvolver um projeto de pesquisa que contribui para o avanço da área. O título do projeto explicita seu objetivo: Eficácia de procedimentos de supervisão na construção da tríplice contingência de reforçamento. Com ele, será avaliado um método de supervisão que ensine efetivamente e produza comportamentos que podem ser diretamente avaliados e modelados, de construir uma análise de contingências de reforçamento a partir da queixa.

Os sujeitos da pesquisa serão alunos de graduação em Psicologia e recém-formados que tenham interesse em atuar profissionalmente na clínica como psicoterapeutas comportamentais. O modelo específico de atuação será a Terapia por Contingências de Reforçamento, um braço da Terapia Analítico-Comportamental.

Os sujeitos serão divididos em três grupos expostos a três diferentes procedimentos adotados pelo supervisor (que será o mesmo nas três condições experimentais). Assim:

1. O primeiro grupo será supervisionado exclusivamente com *instruções verbais* dadas pelo supervisor.
2. O segundo grupo será supervisionado com instruções verbais enriquecidas por *verbalizações da classe funcional de autoclíticos*, de tal forma que serão enfatizados todos os itens dados ao primeiro grupo, mas agora com *destaque sistemático* para os aspectos fundamentais das instruções.
3. O terceiro grupo será supervisionado com o acréscimo, em relação aos dois grupos anteriores, de modelos de como proceder na sessão. Ou seja, além da instrução com autoclítico, o aluno será exposto a modelos de como se comportar com o cliente.

A tarefa dos sujeitos experimentais (psicoterapeutas) consistirá em:

1. Identificar as queixas espontâneas de uma cliente (um psicólogo que terá a função de simular – para todas as condições experimentais – as mesmas queixas);
2. Escolher, entre as queixas expostas pela “cliente”, aquela que o psicoterapeuta vai transformar em uma classe de episódios comportamentais;
3. Decompor o episódio comportamental descrito pela cliente em seus componentes funcionais básicos: antecedente – resposta – consequência;
4. Compor, com a participação da cliente, um quadro por escrito que explicita a tríplice contingência de reforçamento, preenchendo cada coluna com as informações fornecidas;
5. Explicitar para a cliente que o instrumento de análise e de intervenção do psicoterapeuta, dentro desse modelo de atuação clínica, consiste em compor paradigma da tríplice contingência de reforçamento. Tal é o primeiro passo para ajudá-la a compreender os determinantes funcionais de sua queixa e como proceder para alterar as interações entre antecedente, resposta e consequência, visando minimizar os efeitos negativos da queixa e maximizar os efeitos positivos das novas contingências a serem implementadas (o aluno não dará continuidade no processo psicoterapêutico).

As variáveis independentes do projeto serão os diferentes procedimentos do supervisor; a variável dependente será a construção pelo aluno de um esquema escrito que mostre a tríplice contingência a partir de uma queixa específica da cliente.

O delineamento experimental programado é o de linha de base múltipla entre os sujeitos da pesquisa. A introdução progressiva e sistemática de procedimentos de supervisão, com crescentes controles de estímulos sobre os comportamentos dos supervisionados, permitirá comparar a eficácia relativa de cada padrão comportamental do supervisor. ■

Referências

Banaco, R. A. (1993). O impacto do atendimento sobre a pessoa do terapeuta. *Temas em Psicologia*, v. 1, nº 2, pp. 71-79

Banaco, R. A. & Zamignani, D. R. (1999). Uma proposta de análise da modelagem de repertório clínico. In Simpósio Metodologia para a Análise da Interação Terapêutica, VI Latini Dies, Sevilha, Espanha.

Campos, L. F. L. (1989). Supervisão clínica: um instrumento de avaliação do desempenho clínico. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica, Campinas. SP, Brasil

Ferreira, L. H. S. (2003). Supervisão clínica: um enfoque no comportamento do terapeuta. In: Brandão, M. Z da S., Conte, F. C. De S., Brandão, F. S., Ingberman, Y. K., Moura, C. B. De, Silva, V. M. Da, & Olliane, S. M. (Orgs.), *Sobre o comportamento e cognição: a história e os avanços, a seleção por consequências em ação* (1 ed., v.11) Santo André: ESETec.

Moreira, S. B. S. (2003). Descrição de algumas variáveis em um procedimento de supervisão de terapia analítica do comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 16 (01), pp. 157-170.

Rosenberg, J. I. (2006). Real-time training: Transfer of knowledge through computer-mediated, real time feedback. *Professional Psychology: research and practice*. V. 37 (5), pp. 539-546.

Thurber, S. L. (2005). *The effects of direct supervision on therapist behavior: an initial functional analysis*. Tese de Doutorado, Brigham Young University, Provo, Utah, Estados Unidos.

Ulian, A. L. A. O. (2002). Reflexões sobre uma experiência relativa à formação de dois terapeutas comportamentais. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, v. 4 (2), pp. 91-104.

Zamignani, D. R. e Banaco, R. A. (no prelo). A Relação Terapêutica no Contexto da Clínica: Um Enfoque Analítico-Comportamental. Sistema de educação continuada a distância (Secad). Programa de atualização em psicologia clínica e da saúde (PROPSICO). Artmed & Sociedade Brasileira de Psicologia.

Zamignani, D. R. & Meyer, S. B. (Orgs.) (2014a). *A pesquisa de processo em psicoterapia: o desenvolvimento do SIMCCIT*. São Paulo, SP: Núcleo Paradigma.

Zamignani, D. R. & Meyer, S. B. (Orgs.) (2014b). *A pesquisa de processo em psicoterapia: estudos a partir do instrumento SIMCCIT*. São Paulo, SP: Núcleo Paradigma.

Tatiana Lance Duarte é supervisora no curso de Especialização e Qualificação Avançada em Terapia Comportamental – Terapia por Contingências de Reforçamento no Instituto de Terapia por Contingências de Reforçamento de Campinas. Atua como psicoterapeuta na mesma Instituição.

Hélio José Guilhardi é diretor do Instituto de Terapia por Contingência de Reforçamento. Coordenador, professor e supervisor dos cursos Formação, Especialização e Qualificação em Terapia Comportamental – Terapia por Contingências de Reforçamento. Atua como psicoterapeuta na mesma Instituição.

Roberto Alves Banaco é presidente da Associação Paradigma. Coordenador, professor e supervisor do curso Qualificação em Clínica Analítico-Comportamental. Atua como psicoterapeuta em consultório particular.

CURSO DE Práticas Inclusivas na Educação Infantil e no Ciclo I

Início em Fevereiro de 2018

Objetivo

Auxiliar profissionais que atuam em escolas para implementação ou aperfeiçoamento de práticas inclusivas na Educação Infantil e no Ciclo I do Ensino Fundamental. Ao final do curso, devem ser capazes de selecionar e colocar em prática estratégias que permitam a aprendizagem funcional de conteúdos, as interações sociais positivas para o grupo e a autonomia no ambiente escolar.

Público alvo

Profissionais que atuam em escolas para implementação ou aperfeiçoamento de práticas inclusivas.

Coordenação

Cláudia Coimbra

CRP 06/86396

Natália Matheus

CRP 06/89536

DURAÇÃO: um semestre

PERIODICIDADE: aulas semanais às quintas-feiras, das 19h às 21h30

CARGA HORÁRIA TOTAL: 42,5h

Paradigma Entrevista

Analu Ianik Costa e Anne Caroline Camargo entrevistam
Gabriela Reyes Ormeno

Paradigma: Como começou o seu interesse na área?

Gabriela Reyes Ormeno: Eu trabalhava com mulheres encarceradas, quando me deparei com crianças na fila de visita dos homens na penitenciária e eu pensei: criança na fila? Tem alguma coisa errada, é uma realidade que não fazia parte da minha história e aí eu fui tentar investigar, eu queria saber: Quem são essas crianças? Onde elas estão? Com quem elas estão? Isso foi lá em 2006 e não encontrei nada na literatura brasileira sobre filhos de presos. Descobri que a população encarcerada na época era de quase meio milhão de pessoas, sendo que apenas 4%, 4,5% eram mulheres. Então, pensei que se eu queria trabalhar com filhos de presos e havia

A etapa do desenvolvimento em que a criança sofre o encarceramento da mãe, inclusive, é muito importante e faz muita diferença.

mais homens presos, eu tinha que trabalhar com eles. Só que um dia, em reunião com a defensoria pública de São Carlos, a defensora me disse: “Mulher, homens não. Tem que trabalhar com as mulheres”. Isso porque quando o homem vai preso, a mulher fica com o filho, mas

quando a mulher vai presa, o homem não fica com o filho. E aí eu comecei a trabalhar com as mulheres encarceradas. Mas para conseguir chegar nos filhos, eu primeiro tinha que saber quem são essas mulheres., quais são os fatores de risco e proteção, como que elas foram criadas. Minha tese de doutorado é constituída por sete artigos.

Paradigma: O que a sua pesquisa de doutorado buscava investigar?

Gabriela Reyes Ormeno: O primeiro artigo fala sobre essas mulheres encarceradas. Eu tento fazer um levantamento bibliográfico sobre o que se fala sobre elas na literatura brasileira e tem muita pouca coisa, muita pouca coisa sistemática. Tem alguns trabalhos de intervenção na saúde, um trabalho de doutorado, um

de graduação, mas não tem nada sistemático, não tem política pública.

No segundo artigo, falo sobre as crianças, filhos de pais e mães encarcerados. E aí que eu concluo que uma coisa é você ter o pai encarcerado e outra é ter a mãe encarcerada. A

etapa do desenvolvimento em que a criança sofre o encarceramento da mãe, inclusive, é muito importante e faz muita diferença. Uma coisa é você ter a mãe encarcerada com três meses de idade e ter vários cuidadores até encontrarem alguém que realmente te de um suporte adequado. Outra coisa, bem diferente, é você ter a mãe encarcerada com 7 anos, porque além de outros cuidadores, você poder lembrar da situação. Muitas vezes, o encarceramento ocorre na frente da criança; e essa visão vai fazer muita diferença no desenvolvimento dela.

O terceiro artigo, que está sendo publicado agora, mostra quais são os principais fatores de risco e proteção na vida dessas mulheres. A gente percebe que elas têm um histórico de maus tratos, de violência por parte do parceiro; muitas delas, quase 100%, sofreram abuso sexual e físico. E quando elas chegam na idade adulta, acabam se envolvendo com pessoas que as agridem ou são usuários de drogas. É fácil perceber que a quantidade de fatores de risco é muito maior do que de proteção.

No outro artigo, eu falo sobre a concepção da maternidade. No final das contas, essa mulher é mãe, e eu quero investigar o que elas acham disso. Como esse trabalho tem parceria com a Universidade Autônoma de Barcelona, há as duas realidades, espanhola e brasileira. E a conclusão é que elas continuam sendo mães como qualquer outra, têm sentimentos pelos seus filhos e sabem que cometeram um erro. Mas elas são duplamente condenadas: pelo crime e pelo fato de ser mãe. Existem trabalhos que mostram que os juizes acabam sendo mais duros com elas. As penas para as mulheres são muito maiores que as dos homens

pelo mesmo crime; então temos uma questão de gênero também.

O quinto artigo fala sobre práticas parentais. Aplicamos o Inventário de Estilos Parentais e elas tinham que responder em relação à criação delas e a elas como mães. Esse

É fácil perceber que a quantidade de fatores de risco é muito maior do que de proteção.

trabalho teve um número menor de participantes. A tese como um todo teve 152 mulheres de uma cadeia pública, e 60% delas participaram. Todas apresentaram fatores de risco. Elas têm o estilo parental de risco. Há relatos de mulher que dizem ter apanhado de mais e outras que falam que estão ali porque não apanharam. Então, não é nem apanhar ou deixar de ser agredida, mas sim a falta de limites que as leva a ter esse comportamento.

As penas para as mulheres são muito maiores que as dos homens pelo mesmo crime; então temos uma questão de gênero também.

No sexto artigo, eu apresento as características dos filhos encarcerados sob a perspectiva da mãe, porque não consegui falar com os filhos na época. Então, perguntava para mãe como foi a prisão dela, se o filho estava presente, ou quem que contou para essa criança que a mãe estava presa. Um número bastante elevado, mais de 20%, não tem informação sobre os filhos. Eram 152 mulheres e, mais ou menos, 300 crianças. Apenas uma soube que a mãe estava presa por uma psicóloga! Todo o resto foi vizinha...

O último artigo fala sobre natalidade. As mulheres encarceradas têm um número de filhos muito alto, em média 3,5 a 4 filhos, sendo que a média do país é de 1,5. E se considerar-

Atualmente, estou trabalhando com um projeto que é o ACT – *Raising safe kids* – um programa de intervenção da Associação Americana de Psicologia (APA) que visa diminuir comportamentos agressivos dos cuidadores com os filhos.

mos que a idade média de uma mulher encarcerada é de 27 anos e ela cumpre uma pena de cerca de seis anos, a probabilidade dela engravidar novamente se não estiver presa é muito alta

Paradigma: Como é possível trabalhar com prevenção de violência nesse contexto?

Gabriela Reyes Ormeno: É preciso pensar em políticas públicas e prevenção da natalidade. Atualmente, estou trabalhando com um projeto que é o ACT – *Raising safe kids* – um programa de intervenção da Associação Americana de Psicologia (APA) que visa diminuir com-

O segundo projeto que nós temos é trabalhar com as mulheres que estão no Complexo Médico Penal (CMP) para ajudá-las a identificar as necessidades de saúde de uma criança.

portamentos agressivos dos cuidadores com os filhos. Até o momento, aplicamos esse programa, que já é aplicado em outros países com homens, numa penitenciária feminina do Paraná. Aqui no Brasil, somos os primeiros a aplicá-lo em mulheres e ele se mostrou realmente muito efetivo na identificação e na possibilidade

E o último projeto é conseguir identificar quantas crianças tem a mãe encarcerada.

de diminuir a intergeracionalidade carcerária, no sentido de mostrar para essas mulheres que talvez o comportamento que elas têm ou tiveram tem muito a ver com o que aconteceu com

a família delas.

No Paraná, nós temos uma penitenciária onde as mulheres convivem com os filhos e as crianças ficam

ali até três anos. Daqui há dois meses, vamos começar a aplicar esse mesmo programa ACT com as mulheres dentro da penitenciária, mas com os filhos. O programa tem tarefas de casa, cartas para mandar para os filhos, coisas diferentes. Então, elas dentro da cadeia, com os filhos, isso será um grande diferencial.

O segundo projeto que nós temos é trabalhar com as mulheres que estão no Complexo Médico Penal (CMP) para ajudá-las a identificar as necessidades de saúde de uma criança. Porque se a mulher tem um bebê no hospital e vai para a penitenciária, se tiver vaga,

a criança vai junto com ela.

Se não, a criança vai para a rua com algum familiar, caso tenha familiar, ou para um abrigo. E nós sabemos

que muitas mulheres acabam com dois, três meses, oferecendo comida de marmita para um bebezinho recém-nascido e isso vai influenciar muito no desenvolvimento dele. Então, nesse primeiro trabalho, eu consegui trabalhar educação em saúde ainda no hospital, pré-parto, pós-parto e, quando ela for para a penitenciária, entra no programa ACT de prevenção de violência.

E o último projeto é conseguir identificar quantas crianças tem a mãe encar-

cerada. Esses números não existem em lugar nenhum. Mas se não temos um número de crianças, não conseguimos elaborar políticas públicas. Para quem? Como? Não sabemos idade, não sabemos com quem estão, não sabemos

quantos são e onde estão. Estamos fazendo um levantamento. Até agora, foram 200 pessoas entrevistadas, 200 mulheres; fomos para Ponta Grossa, interior do Paraná, e Piraquara, uma cidade metropolitana. Nossa ideia é ir também para Foz do Iguaçu e Francisco Beltrão para conseguir levantar essas informações. Nunca será um número exato, mas podemos ter uma estimativa. A partir disso, podemos saber em

qual estágio de desenvolvimento estão e trabalhar com elas. Nós sabemos que elas estão na escola, mas dizer na sala de aula que a mãe está presa não é motivo de orgulho. Então, precisamos trabalhar sim com o setor de educação, e toda essa rede de proteção, para quando essa criança estiver na escola, isso não seja mais um fator de discriminação e risco. E, assim, conseguir trabalhar para que ela não se torne a próxima geração de encarcerados. ■

Referências

ORMENO, G. R.; Stelko-Pereira, A. C. (2015) Filhos nascido no cárcere e as dificuldades do exercício da maternidade em ambiente prisional. *Psicologia Argumento* (PUCPR. Online), v. 33 (82), p. 432-445

Ormeño, G. R.; Fogo, J. C.; Santini, P. M.; Williams, L. C. A. (2016) Children of Incarcerated Women in Brazil: Vulnerability and Traumatic Experiences in Their Lives. *Journal of Latino/Latin-American Studies*, v. 8 (2), p. 10-17.

Ormeño, G. R.; Marcondelli, J.; Williams, L. C. A. (2013) Crianças com pais ou mães encarcerados: uma revisão da literatura. *Psicologia da Criança e do Adolescente*, v. 4, p. 141-161.

Ormeño, G. R.; Stelko-Pereira, A.C. (2013). Mulheres encarceradas: nível de escolaridade e motivos para terem evadido da escola. *Revista Faz Ciência*, v. 15, p. 52-63.

Santini, P.M.; D'affonseca, B.M.; Ormeno, G. R.; Williams, L. C. A. (2013). Violência doméstica e encarceramento: Um estudo de caso. *Multiciência* (ASSER), v. 11, p. 212-222,

Ormeño, G. R. (2012) Violência contra mulher e a mulher encarcerada no sistema judiciário. *Revista da Defensoria Pública do Estado de São Paulo*, v. 5, p. 23-31.

Gabriela Reyes Ormeno possui graduação em Psicologia, Mestrado em Educação Especial e Doutorado em Programa de Pós Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos (2013). Com Doutorado Sanduíche na Universidade Autônoma de Barcelona. Atualmente é Professora do Departamento de Educação da da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência em Intervenções educativas, atuando principalmente nos seguintes temas: prevenção da violência, crianças agressivas no ambiente escolar, mulheres encarceradas e seus filhos quebrando a interoperacionalidade da violência por meio da educação. Pesquisadora externa do laboratório de Análise e prevenção da Violência (LAPREV/ UFSCAR), do Mestrado em Psicologia Forense da UTP, membro da International society for the prevention of child abuse and neglect, (ISPCAN) e coordenadora do programa Raising Safe Kids program (APA).

Analu Ianik Costa possui graduação em Psicologia pela Faculdade Evangélica do Paraná e mestrado em Psicologia Forense. Professora do Centro Universitário Campos de Andrade no departamento de Psicologia e de Ciências Sociais Aplicadas. Atua também como psicóloga clínica e tem experiência com acolhimento institucional e adolescentes com padrão de comportamento antissocial.

Anne Caroline Camargo está cursando o 5º ano da graduação de Psicologia pelo centro universitário campos de Andrade – Uniandrade. Tem experiência como acompanhante terapêutica para crianças com Transtorno do espectro autista no Centro Conviver.

História de vida

Maly Delitti, uma história modelar

Regina Wielenska

Nascida em Penápolis (SP), Alice Maria de Carvalho Delitti, que adotou Maly como nome, teve uma infância cheia de fantasias, estimulada pela mãe, também Alice. A despeito do orçamento modesto, seus pais priorizaram o estudo, mesmo não podendo oferecer luxos aos três filhos. Por alguns anos, viver na fazenda da qual o pai fora administrador não oferecia a Maly a visão clara do que poderia ocorrer anos depois, quando sozinha, aos 18 anos, com bem pouco dinheiro na carteira, chegou a cidade grande.

Nascida em Penápolis (SP), Alice Maria de Carvalho Delitti, que adotou Maly como nome, teve uma infância cheia de fantasias

Do meio rural à vida no centro da pequena Penápolis, Maly se apaixonou pela literatura e pela música. A arte nunca deixou de lhe emocionar. Consta de seu currículo um prêmio literário conquistado ainda na adolescência. Migrar da escola pública para o ensino no colégio particular, de freiras, foi o jeito de avançar nos estudos numa região com poucas opções. Foi uma professora de Psicologia, no Curso Clássico, que sinalizou para Maly as portas do mundo.

Desde adolescente, Maly deu aulas, particulares ou em instituições, como professora ocasional ou de turma fixa. Era o seu jeito de manter-se financeiramente, fazendo o que mais gostava e sabia: transformar vidas por meio da ação educativa. Iniciou faculdade em Bauru, na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita

Filho (UNESP), até concluir o Bacharelado em 1969. Lá, conheceu a Análise do Comportamento e foi fortemente influenciada pelos importantes representantes da primeira e segunda gerações de analistas do comportamento.

De Penápolis até Bauru dera um passo importante. Mas isso não reduziu o impacto que foi a chegada em São Paulo. Iria se formar terapeuta no Instituto Sedes Sapientiae, concluir sua formação como psicóloga, sob a tutela da Profa. Dra. Rachel Rodrigues Kerbauy, e logo iniciar o Mestrado em Psicologia Experimental no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), sob a orientação de Maria Amélia Matos.

Viveu numa sociedade que enfrentava enorme turbulência política, sujeita às influências do movimento hippie e da crescente luta pelo feminismo. Bebeu de várias fontes, nesse sentido social, e firmou sua escolha pela docência (aulas primeiro, e, depois, supervisão clínica) dentro da Análise Experimental e Aplicada do Comportamento. Em 1977, apresentou no IPUSP sua dissertação de Mestrado sobre o tema da discriminação visual em rãs. O desempenho de excelência de Maly levou seus professores a lhe indicarem para dar aulas de Psicologia na UNESP em Bauru, onde pouco tempo antes fora aluna. Lecionou concomitantemente em Santos.

Foi ainda docente numa pós-graduação na Pontifícia Universidade Católica em Campinas

(PUC-Campinas) e depois tornou-se docente da PUC-SP, sempre em disciplinas relacionadas à Análise do Comportamento e Terapia Comportamental. Lá, tornou-se professora do Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, onde encerrou suas atividades em 2012. Nessa universidade, formou várias gerações de psicólogos comportamentais. Interessante notar que, quando começou a lecionar, era no máximo quatro anos mais velha que seus alunos, por isso precisava ser firme e disciplinada para conquistar o respeito e a admiração dos que tiveram a oportunidade de aprender com aquela jovem. Foi muito bem sucedida, não há dúvida.

Difundir o conhecimento em novos territórios tornou-se sua marca registrada. Viajou regularmente para Curitiba para promover a expansão da terapia comportamental, ainda incipiente naquela cidade. Ao longo das décadas, ministrou cursos, palestras, fez parte de mesas redondas e bancas diversas em quase todos os estados do país.

Felizes os que puderam testemunhar sua ousada, precisa e pioneira análise dos sonhos na abordagem comportamental numa distante reunião anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto. Desenvolveu também um modelo de intervenção para atendimento de casais em parceria com a amiga de uma vida, Priscila R. Derdyk. Inquieta, fez também intervenções voltadas para contextos corporativos.

Em 2002, defendeu sua tese de Doutorado no IPUSP, de novo sob a orientação da Profa. Dra. Rachel Kerbauy, mas dessa feita com um tema clínico: a relação terapeuta-cliente. Continuou como docente convidada em cursos de especialização no IPUSP, Hospital Universitário da USP, AMBAN-IPqHCFMUSP e Universidades Evangélica do Paraná e Positivo, seja ministrando aulas ou dando supervisão a grupos.

Mantém ao longo de décadas um grupo ativo de atendimento clínico, o Centro de Análise do Comportamento (CeAC), localizado em São Paulo, e que abriu portas a jovens e experientes profissionais para atendimento de adolescentes, adultos, casais e famílias.

Também é colaboradora voluntária no IPq HCFMUSP. Escreveu artigos para inúmeros periódicos, participou ativamente dos eventos promovidos pela SPRP, Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC), Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP) e outras sociedades científicas, além das JACs, jornadas hoje espalhadas pelo país. Organizou obras científicas para a coleção Sobre Comportamento e Cognição e sobre Terapia Comportamental para Grupos, em parceria com Priscila Derdyk.

No lado pessoal, dedicou-se ainda a formar família e deu vida a um casal de gêmeos, hoje adultos criativos e profissionais dedicados. Participou de corais, frequenta grupos de discussão literária.

Maly Delitti, pela vitalidade de suas ideias e história de vida, permanece como exemplo de profissionalismo na Análise do Comportamento. Sorte daqueles que, como esta entrevistadora bissexta, podem aproveitar a amizade e o convívio regular com essa formidável mulher de olhos que encantam já no primeiro contato. ■

Regina Christina Wielenska é graduada em Psicologia pela PUC-SP, com Mestrado e Doutorado em Psicologia Experimental pelo IPUSP. Terapeuta desde 1982, é Analista do Comportamento acreditada pela ABPMC. Atua como supervisora e docente em Cursos de Especialização no HU-USP e IPqHCFMUSP.

FORMAÇÃO EM TERAPIAS COMPORTAMENTAIS CONTEXTUAIS

coordenação

WILLIAM F. PEREZ
ROBERTA KOVAC

corpo docente

composto por mestres e doutores certificados ou treinados pelos criadores das respectivas abordagens: FAP, DBT e ACT.

público-alvo

profissionais formados em psicologia ou psiquiatria, com especialização, mestrado ou doutorado relacionados à análise do comportamento

Processo seletivo
Currículum Vitae +
formulário de entrevista
inscrição até 18 de dezembro

objetivos
Capacitar profissionais da área clínica para atuar segundo os modelos e as técnicas das seguintes terapias contextuais:
FAP (Functional Analytic Psychotherapy)
DBT (Dialectical Behavior Therapy)
ACT (Acceptance and Commitment Therapy)

estrutura do curso

duração: 12 meses

carga horária: 150 horas, divididas em 3 módulos de 50 horas cada - FAP, DBT, ACT

Encontros: A cada mês, haverá um encontro presencial (sábado, de 8h30 às 18h), um online (duração de 2h) e atividades dirigidas (duração 10 horas)

horários

sábados, das 8h30 às 12h30 e das 14h às 18h



CURSO DE FORMAÇÃO EM GESTÃO COMPORTAMENTAL DE ORGANIZAÇÕES (OBM)

CURSOS
paradigma

INÍCIO EM FEVEREIRO DE 2018



OBJETIVOS



Apresentar os conceitos e ferramentas propostos pela Organizational Behavior Management (OBM). Capacitar os participantes do curso a (1) analisar organizações, processos e tarefas e (2) elaborar e implementar estratégias comportamentais que visem a melhora de desempenho em organizações.

ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS



Serão apresentadas aulas teóricas (33 horas) e supervisão de atividades práticas (18 horas). As atividades práticas serão baseadas em questões trazidas pelo participantes sobre seu ambiente de trabalho.

TEMAS ABORDADOS



- Alvos de Intervenção
- Análises Comportamentais
- Análises de Sistemas Organizacionais
- Instrumentos de Intervenção
- Planejamento de Intervenção

PROFESSORES



Dr. Candido Pessoa
Me. Gabriel Careli - (CRP 06/102552)

DURAÇÃO



De agosto a dezembro de 2017
17 encontros semanais distribuídos em 1 semestre

HORÁRIOS

Quartas-feiras das 19h às 22h.
Aulas teóricas e supervisão.

PÚBLICO ALVO *



Profissionais formados em qualquer área do conhecimento que atuem na gestão de pessoas e processos e estudantes do último ano de curso superior.
(* Necessidade de leitura no idioma inglês.

INVESTIMENTO

Matrícula + 05 parcelas de R\$ 576,00 - (*) parcela com desconto para vencimento no 15o dia de cada mês.



centro
paradigma
ciências do comportamento

INFORMAÇÕES

Fone: 11 3672.0194

www.paradigmaac.org

facebook.com/acparadigma

qualificação avançada em **CLÍNICA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL**

coordenação

DR. JAN LUIZ LEONARDI
DR. ROBERTO ALVES BANACO

Integração entre filosofia, teoria e técnica
para uma formação de excelência

Corpo docente de altíssimo nível

Conteúdo apresentado de forma gradual em
12 disciplinas

público-alvo

psicólogos e médicos
com residência em
psiquiatria

duração

2 anos (quatro semestres)

programa

quatro módulos semestrais com

520 horas, distribuídas em:

340 horas de disciplinas teóricas e
atividades de pesquisa

180 horas de atendimento clínico
supervisionado (60 horas de atendimento e
120 horas de supervisão)

início

fevereiro de 2018

dias e horários

aulas quinzenalmente, sextas das 20h às 22h;
sábados das 8h30 às 18h30

horário de supervisão quinzenalmente, sextas das 13h às 16h;
ou terças, ou quartas, ou quintas, das 19h às 22h



centro
paradigma
ciências do comportamento

paradigmaac.org
Rua Wanderley, 611
Perdizes São Paulo/SP
Tel. 11 3672-0194
CRP 06/5164-J

qualificação avançada em
ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA
AO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E
ATRASO NO DESENVOLVIMENTO

coordenação
CÁSSIA LEAL DA HORA

objetivo

O curso visa a capacitar profissionais para o planejamento e a aplicação de intervenções analítico-comportamentais em indivíduos com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista e atraso no desenvolvimento.

público-alvo

psicólogos e profissionais das áreas de saúde e educação

programa

carga horária total de 502 horas, divididas em 162 horas de prática supervisionada e 340 horas teóricas

dias e horários (quinzenalmente)

1º módulo

sexta-feira, das 16h45 às 22h

sábado, das 9h às 16h; a partir do 2º módulo, das 8h às 16h

início

fevereiro de 2018

duração

2 anos

Análise do comportamento e educação

Peer tutoring como estratégia de ensino e programação de generalização

Thiago Florêncio

Em *Adeus, mestre!*, Keller (1972) descreve um novo método de ensino, aplicado em uma universidade de Brasília. Com base em conhecimentos sobre instrução programada, Keller, juntamente com Carolina Bori e Rodolfo Azzi, aplicou em Brasília um programa diferente dos convencionais, alicerçado nos princípios teóricos de reforçamento, dos quais os três eram partidários. Nesse novo método, os alunos avançavam de acordo com seu próprio desempenho e não havia ninguém

Com base em conhecimentos sobre instrução programada, Keller, juntamente com Carolina Bori e Rodolfo Azzi, aplicou em Brasília um programa diferente dos convencionais, alicerçado nos princípios teóricos de reforçamento.

atrasado. Eles eram orientados sobre o que era esperado deles e quais os requisitos para prosseguirem no curso. Outro elemento que distinguia tal método dos convencionais, era a composição do corpo docente, formado por (i) monitores, (ii) assistentes e (iii) um instrutor. Os primeiros eram graduandos que possuíam mais conhecimento do conteúdo, responsáveis por disponibilizar todo o material de estudo, além de corrigir e orientar os exercícios dos alunos mais jovens. Os segundos eram graduados que supervisionavam os trabalhos em la-

boratório e em sala de aula, auxiliando alunos e monitores nas leituras e atividades. Por fim, o instrutor era responsável pela seleção, organização e apresentação do material de estudo, além de elaborar testes, exames e a avaliação final de cada aluno. Segundo Keller, quando os alunos eram questionados sobre os aspectos do curso, frequentemente descreviam que seus hábitos de estudo haviam sido alterados, exigindo mais atenção, memorização e compreensão de conceitos básicos. Descreviam também uma mudança positiva na relação com os testes e menor preocupação com as avaliações finais. Sobre os monitores, destacavam que as discussões e contribuições eram

muito úteis. Os monitores também faziam avaliações positivas sobre o desempenho de suas atividades e o respeito com que eram tratados pelos alunos mais jovens. O autor acrescenta que uma monitora relatou que havia reforço mútuo entre alunos, monitores, assistentes e instrutor. Ao apresentar os resultados finais, Keller menciona que não apenas havia um aumento nas notas gerais dos alunos, mas também uma regularização nos hábitos de estudo, um engajamento com relação as atividades acadêmicas e uma melhora geral nas relações.

Muito já foi dito sobre o modelo tradicional de ensino e é razoável afirmar que ele não é eficaz para todas as pessoas. É bem verdade que muitos alunos progridem em escolas com ensino regular e com métodos convencionais. Entretanto, não são raros os casos de fracasso escolar e/ou de problemas de comportamento. Mesmo os que progridem, em grande parte, o fazem por reforçamento negativo. Boas notas significam esquiva de castigos e comportamentos considerados adequados evitam sanções e reprimendas.

Manejar contingências de reforçamento significa manipular reforçadores, frequentemente, arbitrários. Ao contrário dos reforçadores naturais, que não precisam de programação, pois decorrem naturalmente de uma resposta do indivíduo, os reforçadores arbitrários são consequências planejadas por pais, professores e/ou terapeutas (Martin & Pear, 2009). Ao falarmos de comportamentos de estudo, observamos pais fazendo combinados como “Se você não tirar boa nota na prova de matemática, vai ficar de castigo” ou, na melhor das hipóteses, “Se você tirar boa nota na prova de matemática, vai poder jogar vídeo game”. Recursos como esses podem ser úteis, mas têm efeitos duvidosos quanto à generalização e manutenção de comportamentos. Além de não fornecerem uma descrição clara de quais comportamentos são necessários para que se alcance uma “boa nota”, recorrentemente, os pais passam a deixar livre o acesso ao reforçador e a afrouxar as contingências quando as crianças apresentam os primeiros comportamentos desejados. Uma vez o reforçador voltando a ser de livre acesso e não mais contingente ao comportamento de estudar, este não se mantém por muito tempo.

Então, como manejar contingências para que os comportamentos se mantenham por reforçamento natural? Keller (1972) parecia já responder a essa pergunta quando propôs um novo

modelo de ensino, no qual alunos mais experientes tinham papel importante no ensino dos mais novos. Eles desempenhavam o papel de tutores que não apenas corrigiam os exercícios, mas também reforçavam a execução, os progressos e avanços dos alunos menos experientes. Nessa programação, os reforçadores dispensados pelos monitores são muito mais próximos de reforçadores naturais do que de arbitrários.

Stokes e Baer (1977), ao verificarem pesquisas sobre generalização e extensão de mudanças comportamentais, afirmaram que, por muito tempo, generalização fora considerada como um processo ou fenômeno passivo, um produto natural das intervenções, desejado, mas não planejado. Generalização não era entendida como uma resposta operante e, portanto, não havia procedimentos específicos para sua promoção. Na grande maioria das pesquisas e intervenções, a mudança comportamental ocorre e, simplesmente, espera-se que ela se generalize. Ao fazerem um levantamento de pesquisas sobre o tema, Stokes e Baer categorizaram diferentes técnicas que promoveriam generalização. Entre elas, a que merece destaque neste texto é: *Garantir contingências naturais de manutenção*.

A estratégia de usar os próprios colegas como agentes mediadores do processo de aprendizagem é hoje conhecida como tutoria de pares ou *Peer tutoring*. Treinar pares para serem moderadores e mantenedores de mudanças comportamentais tem se mostrado uma estratégia de ensino bem-sucedida em diversos contextos. Delquadri, Greenwood, Whorton, Carta e Hall (1986) relataram uma melhora de 20% para 70% no desempenho acadêmico de crianças submetidas a procedimentos de tutoria de pares. Harris e Sherman (1973) encontraram resultados semelhantes quando compararam o desempenho de dois grupos de crianças durante a realização de exercícios matemáticos. No primeiro grupo,

as crianças eram orientadas a resolver os exercícios sem interagir entre si. No segundo, tutores foram preparados para ajudar os colegas com dificuldades de resolver os exercícios. A tutoria não apenas aumentou o engajamento na resolução das atividades, mas também aumentou a taxa de precisão das respostas. Pereira, Yuan e Greer, citados por Greer et al. (2004), mostraram efeitos positivos da tutoria de pares ao ensinar quatro crianças a resolver problemas com precisão utilizando roteiros acadêmicos. O estudo foi realizado em dois contextos escolares diferentes. Em cada um deles, um aluno serviu como tutor e o outro como tutorado. Nas duas situações, os alunos realizavam três tarefas de resolução de problemas: montar um quebra cabeça e resolver uma questão de matemática e outra de gramática. Na linha de base, as crianças tiveram acesso apenas aos roteiros de resolução. Durante a intervenção, o tutor indicava como usar os roteiros, elogiava e corrigia quando necessário. Os resultados mostraram que os alunos tutorados aprenderam a resolver problemas usando os roteiros somente após receberem a tutoria dos pares. Além disso, tutores e tutorados, passaram a responder melhor em atividades semelhantes em sala de aula. Esses resultados indicam que implementar estratégias usando pares como mediadores traz benefícios não apenas para os que recebem a tutoria, mas também para os tutores (Dineen, Clark & Risley, 1977).

Muito tempo se passou desde a publicação de Keller (1972), mas ainda hoje é possível observar o legado de seus apontamentos. Ensinar estudantes a se ajudarem reciprocamente, ou programar intervenções em que eles atuem ativamente no ensino de colegas com dificuldades escolares ou sociais, tem se mostrado uma ferramenta capaz manter e generalizar as habilidades aprendidas, além de diminuir a aversividade do ambiente escolar. ■

Referências

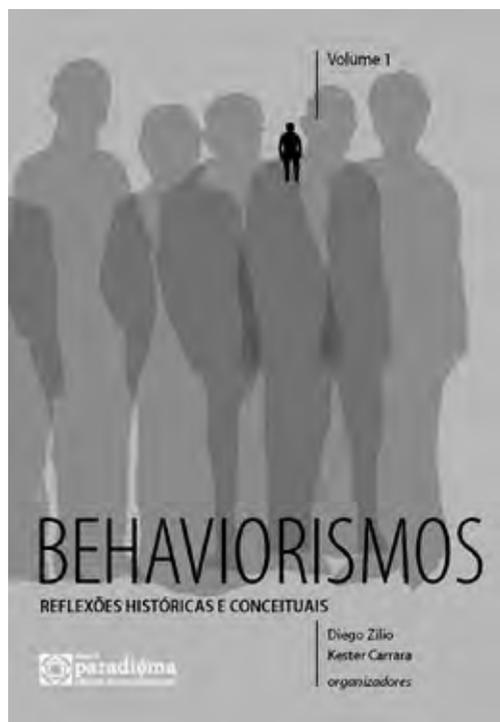
- Delquadri, J. C., Greenwood, C. R., Whorton, D., Carta, J. J., & Hall, R. V. (1986). Class- wide peer tutoring. *Exceptional Children*, 52, 535-542.
- Dineen, J. P., Clark, H. B., & Risley, T. R. (1977). Peer tutoring among elementary students: educational benefits to the tutor. *Journal of applied behavior analysis*, 10 (2), 231-238.
- Harris, V. W., & Sherman, J. A. (1973). Effects of peer tutoring and consequences on the math performance of elementary classroom students. *Journal of applied behavior analysis*, 6 (4), 587-597.
- Greer, R. D., Keohane, D., Meincke, K. A. T. H. E. R. I. N. E., Gautreaux, G. R. A. N. T., Pereira, J., Chavez-Brown, M. A. P. Y., & Yuan, L. Y. N. N. (2004). Key instructional components of effective peer tutoring for tutors, tutees, and peer observers. *Evidence-based educational practices*, 295-333.
- Keller, F., S. (1972). Adeus, mestre! *Ciência e Cultura*, 24, 207-212.
- Martin, G., & Pear, J. (2009). *Modificação de Comportamento: o que é e como fazer*. São Paulo: Roca.
- Stokes, T. F.; & Baer, D. M. (1977). An implicit technology of generalization. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 10 (2), 349-367.

Thiago Florêncio é psicólogo pela Universidade de Taubaté com Formação em Clínica Analítico-Comportamental Infantil pelo Paradigma – Centro de Ciências do Comportamento. É Mestrando Profissional em Análise do Comportamento Aplicada pela mesma instituição. Foi professor de Análise Experimental do Comportamento na Faculdade Anhanguera. É auxiliar de docência no Paradigma – Centro de Ciências do Comportamento. Supervisor e terapeuta no Grupo ARPA de Intervenção ABA para pessoas com TEA e outros distúrbios de desenvolvimento. Atua em consultório particular e como acompanhante terapêutico.

Na estante

Resenha do livro *Behaviorismos: Reflexões Históricas e Conceituais*

Rafael Ernesto Arruda Santos



O livro *Behaviorismos: Reflexões Históricas e Conceituais*¹, publicado pela Editora Núcleo Paradigma e organizado por Diego Zilio e Kester Carrara, foi lançado no XXV Encontro Brasileiro de Psicologia e Medicina Comportamental. A obra tem sua importância multiplicada a cada capítulo, pois são autores de renome em áreas conceituais e históricas do behaviorismo descrevendo a vida e as contribuições de personagens consagrados da Psicologia.

Em primeiro lugar, torna-se necessário informar que a maioria dos capítulos está em português, mas há alguns em inglês e um em espanhol. Depois, recomenda-se ao leitor tentar adivinhar as sombras dos behavioristas na capa do livro e analisar contextualmente os autores, ou seja, a história de vida, o local e o momento histórico no qual eles estão inseridos. Nos doze capítulos, eles exploram os protobehavioristas e behavioristas responsáveis pela construção de uma Ciência do Comportamento.

O primeiro capítulo do livro é escrito por Kester Carrara, famoso por sua obra “Behaviorismo: Crítica e Metacrítica”, e tem como título “O essencial em B. F. Skinner (1904-1990)”. Logo no começo, Kester adverte

o leitor sobre a quantidade massiva de literatura sobre Skinner, tais como biografias, revisões de conceitos e interpretações de suas publicações. Dessarte, o autor sistematiza dez “convic-

Nos doze capítulos, eles exploram os protobehavioristas e behavioristas responsáveis pela construção de uma Ciência do Comportamento.

ções irrenunciáveis” da proposta skinneriana para uma ciência do comportamento.

Nos capítulos 2 e 3 estão inseridos dois protobehavioristas russos, Ivan M. Sechenov e Ivan Pavlov, consecutivamente. A história de Sechenov é descrita com maestria por Isaias Pessotti, autor do livro “Pré-história do condicionamento”. Nela, encontram-se nomes de russos influenciados por seu trabalho, incluindo Pavlov, o comportamento humano explicado pelo reflexo como método de análise, a coragem dele diante das resistências do governo *czarista* à ciência e sua contribuição para a Fisiologia e Psicologia. O terceiro capítulo, escrito por Diego Zilio, descreve a vida de Pavlov e sua influência nos trabalhos de Skinner, – apresentando algumas divergências entre eles –, e principalmente, a construção da “teoria da atividade nervosa superior”, ainda pouco explorada na literatura.

O capítulo 4 apresenta a vida de Jacques Loeb. Escrita por Alexandre Dittrich, a narrativa dos fatos históricos apresenta a influência experimental direta de Loeb nos trabalhos de Watson, como seu professor, e indiretamente nos trabalhos de Skinner, por meio de William J. Crozier. No capítulo 5, José A. S. Abib apresenta Edward L. Thorndike, mostrando a operacionalização do hedonismo na “lei do efeito”, que influenciou os trabalhos de Skinner e foi precursor de uma tradição experimental do comportamento.

No capítulo 6, Bruno Strapasson descreve alguns pensamentos de John B. Watson. O texto apresenta posições filosóficas do behaviorismo watsoniano que até os behavioristas radicais interpretam erroneamente, como por exemplo, acusá-lo de dualista ou de ignorar tópicos como pensamento e linguagem. O

capítulo 7, escrito por Robert Wozniak, apresenta a história de Albert P. Weiss, e o leitor encontrará um contemporâneo de Watson, mas com influências diretas de Max Meyer. Weiss observa uma influência “biofísica” e “biossocial” no comportamento humano, contribuindo para o debate antimentalista da época e para a interpretação comportamental de fenômenos psicológicos.

O oitavo capítulo apresenta, por meio das análises de Renato Ferreira e Maria Guedes, o behaviorista social George. H. Mead, contemporâneo de Watson, mas distante dele nos seus posicionamentos. Apesar da controvérsia desse título, o texto apresenta sua trajetória científica e constrói uma análise behaviorista social do *self* e releva a influência de Mead em vários sociólogos e psicólogos sociais. No capítulo 9, John Malone apresenta Edwin R. Guthrie, um behaviorista molar esquecido na história, mas com contribuições importantes para a análise de conceitos como reforço, punição e condicionamento operante.

O penúltimo capítulo do livro é escrito por Jay Moore e apresenta a vida e os conceitos filosóficos e experimentais de Kenneth W. Spence. Essa parte oferece uma visão geral do neobehaviorismo e da construção conceitual de Edward C. Tolman, Clark L. Hull e, mais detalhadamente, de Spence, perpassando o conceito de *drive* e o paradigma S-O-R. No último capítulo, Emilio Ribes Iñesta e Ricardo Pérez-Almonacid narram

a história e os conceitos filosóficos de Jacob R. Kantor, com quem Ribes teve uma parceria acadêmica e profissional nos anos 1970. Nesse

texto, os autores analisam os conceitos dualistas da Psicologia, apontam para críticas importantes ao modelo skinneriano de análise funcional e propõem o *interbehaviorismo* de Kantor.

Em suma, o livro reforça a ideia de que há behavioristas além de Skinner e Watson. A falsa dicotomia entre behaviorismo radical e os behaviorismos “metodológicos” não faz sentido nessa leitura. Kantor, por exemplo, não se encaixaria em nenhuma das duas versões caricatas de behaviorismo. Minha sugestão seria: em vez de derrubarmos os gigantes, por que não pulamos em seus ombros para aumentar nossa visão de mundo? ■

Em suma, o livro reforça a ideia de que há behavioristas além de Skinner e Watson. A falsa dicotomia entre behaviorismo radical e os behaviorismos “metodológicos” não faz sentido nessa leitura.

1 Zilio, D., & Carrara, K. (Orgs.). (2016). *Behaviorismos: Reflexões Históricas e Conceituais*. São Paulo: Núcleo Paradigma.

Rafael Ernesto Arruda Santos é behaviorista clássico. Formado em Psicologia, com mestrado em Psicologia Experimental pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutorando em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos, sua linha de pesquisa se concentra em desenvolvimento de tecnologia comportamental para surdos.

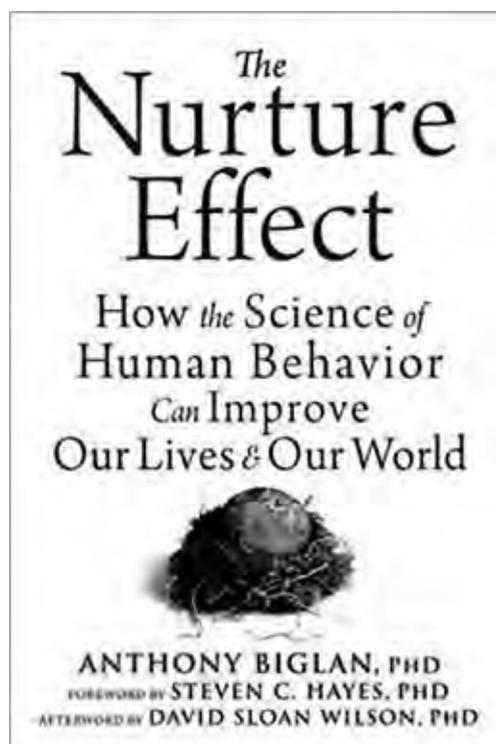
Resenha do livro *The Nurture Effect: How the Science of Human Behavior Can Improve Our Lives and Our World*¹

Thiago Calegari, Diego Mansano Fernandes

Escrito de forma simples e acessível, é um livro sobre relacionamentos humanos em seu sentido mais profundo! É também um livro sobre como as pessoas podem unir esforços para construir um mundo melhor.

Biglan é pesquisador do *Oregon Research Institute* e ex-presidente da *Society for Prevention Research*. Seu livro sintetiza uma trajetória de 35 anos de pesquisas sobre a origem e prevenção de problemas de comportamento em crianças e adolescentes, tais como uso de tabaco, álcool e outras drogas, comportamento sexual de alto risco e comportamento antissocial. Recentemente, tem se dedicado a estudar intervenções mais abrangentes capazes de prevenir uma ampla gama de problemas.

O livro está dividido em 4 partes. Na Parte 1, apresenta algumas características da ciência que orienta seu discurso, alguns princípios que estão na base da prevenção e do surgimento de problemas de comportamento e, por fim, a noção de Ambientes Nutridores – proposta central da obra – e suas características: a) ensinar, promover e *abundantemente* fortalecer comportamentos pró-sociais, b) minimizar a coerção e fatores biológica-



mente tóxicos, c) monitorar e estabelecer limites em situações que favoreçam o engajamento em comportamentos-problema e d) promover a flexibilidade psicológica. A proposta política do autor é a de que os *efeitos nutridores* resultantes da construção coletiva desses ambientes se tornem a medida pela qual nossas relações interpessoais e políticas públicas sejam pautadas e avaliadas.

Na Parte 2, Biglan explora o conhecimento produzido pelas ciências comportamentais ao longo de 50 anos de pesquisa e que tem auxiliado famílias e escolas a cultivarem relações positivas com as crianças e evitar o uso da coerção. Também são discutidas a importância da regulação das emoções, de interações harmoniosas e atenciosas, do emprego de técnicas de ensino baseadas em evidências nas escolas, do treino do comportamento desviante pelo grupo de pares e da criação de oportunidades para atividades pró-sociais. Há ainda espaço dedicado ao que o autor chama de “Revolução Comportamental na Psicologia Clínica”, cujo foco está nas ferramentas desenvolvidas por abordagens psicoterapêuticas como a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) no tratamento de problemas da vida adulta.

Na Parte 3, analisa o contexto social mais amplo em que as famílias e escolas estão inseridas. Biglan toma emprestadas as práticas já existentes no paradigma de atuação em saúde pública e afirma que podemos usá-las “para criar um movimento abrangente (...) que propiciará uma sociedade que nutre o bem-estar de cada indivíduo” (p. 127).

Mais adiante, analisa as estratégias de marketing das indústrias do tabaco, do álcool e dos alimentos do tipo *junk food*, destacando os processos comportamentais envolvidos; cita uma série de estudos que mostram o poder persuasivo de propagandas de produtos nocivos destinadas a crianças e adolescentes. Devido à experiência do autor, o exemplo do marketing do tabaco é o mais contundente e ressalta a seriedade do assunto.

Ainda na Parte 3, Biglan analisa os prejuízos socialmente impostos pela pobreza e desigualdade econômica advindas da “Recente Evolução do Capitalismo Corporativo”, sobre-

O livro apresenta a noção de Ambientes Nutridores – proposta central da obra – e suas características: a) ensinar, promover e abundantemente fortalecer comportamentos pró-sociais, b) minimizar a coerção e fatores biologicamente tóxicos, c) monitorar e estabelecer limites em situações que favoreçam o engajamento em comportamentos-problema e d) promover a flexibilidade psicológica.

tudo, às crianças: saúde e desenvolvimento cognitivo prejudicados, baixo desempenho escolar, estigmatização, depressão, menor participação dos pais em suas vidas, etc. Além disso, discute os efeitos da desigualdade econômica sobre a expectativa de vida e sobre as taxas de mortalidade e de acometimento por doenças sérias. Por fim, discute como as grandes corporações ganharam força nos Estados Unidos a partir de 1971 e como, atualmente, os interesses do

Ao fim de cada capítulo, o autor sugere cursos de ação para que cidadãos, pais, educadores, membros da comunidade, formuladores de políticas públicas e organizações possam contribuir para a construção de um mundo mais nutridor.

capitalismo corporativo prevalecem à custa do bem-estar das pessoas.

Na Parte 4, é retomada a discussão sobre as dificuldades impostas pelo uso da coerção na promoção de relações interpessoais carinhosas, bem como a importância de se cultivar a tolerância, o perdão e a empatia. Por último, são apresentadas as características de um possível movimento social que poderia resultar no apoio e disseminação de Ambientes Nutridores.

Ao fim de cada capítulo, o autor sugere cursos de ação para que cidadãos, pais, educadores, membros da comunidade, formuladores de políticas públicas e organizações possam contribuir para a construção de um mundo mais nutridor.

Embora retrate essencialmente a realidade dos Estados Unidos, a obra oferece uma perspectiva promissora para pensarmos os problemas sociais que enfrentamos no Brasil, por vezes muito semelhantes aos estadunidenses em termos da persistente desigualdade de poder e renda. No entanto, também precisamos nos perguntar sobre seu alcance e limites em nossa realidade: como seriam os desafios para levá-la a cabo? Como organizar os movimentos sociais e demandar dos políticos que trabalhem para o investimento em ambientes nutridores? Como superar os impasses que as camadas dominantes e seu controle das agências como mídia, governo e economia impõem sobre o investimento em melhores condições de vida para a maioria desprivilegiada?

Do alto da História, a proposta de Biglan se insere no debate tradicional “reforma ou revolução”. Levada às últimas consequências, a criação de ambientes nutridores representa um rompimento com um sistema que se define pela desigualdade entre as pessoas? Essa é uma questão empírica que precisamos tratar de responder. ■

1 Biglan, Anthony (2015). *The Nurture Effect: How the Science of Human Behavior Can Improve Our Lives and Our World*. Oakland, CA: New Harbinger Publications, Inc.

Thiago Calegari é psicólogo e mestre em Análise do Comportamento Aplicada à Prevenção de Problemas da Infância e Adolescência pela Associação Paradigma – Centro de Ciências e Tecnologia do Comportamento. Foi servidor da Secretaria de Educação da cidade de Barueri entre 2015 e 2016, quando implementou e avaliou uma versão modificada do *Good Behavior Game* (GBG). Atualmente, trabalha em um projeto para a divulgação e disseminação do GBG nas esferas pública e privada.

Diego Mansano Fernandes é psicólogo formado pela Universidade Estadual Paulista, UNESP/Bauri (2012). Mestre e Doutorando em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Faculdade de Ciências, UNESP/Bauri. Pesquisador membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Delineamentos Culturais (GEPEDec). Atua em Análise do Comportamento, com ênfase em pesquisa teórico-conceitual, filosofia e epistemologia, e Análise Comportamental da Cultura

perspectivas

em análise do comportamento

ISSN 2177-3548

www.revistaperspectivas.org

Nota B2, pela avaliação Qualis/CAPES

Análise do comportamento, behaviorismo radical, ciência do comportamento, práticas culturais, clínica analítico-comportamental, áreas de aplicação da análise do comportamento, ensino de análise do comportamento, interface com ciências biológicas e metodologia em análise do comportamento

Linha editorial ampliada: aceita relatos de pesquisa aplicada.

Agora indexada no Index Copernicus Journals Master List, IMBIOMED e Sumários.org.

 **centro
paradiçma**
ciências do comportamento


**CURSOS
paradiçma**

ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO E ATENDIMENTO EXTRACONSULTÓRIO EM ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

modalidade presencial

coordenação

**FERNANDO A. CASSAS
ROBERTA KOVAC**

público-alvo

**profissionais e estudantes
das áreas de saúde e
educação**

início

janeiro de 2018

carga horária total: 132 horas

63 horas de aulas teóricas

**69 horas de supervisão clínica
+ estágio supervisionado**

 **centro
paradiçma**
ciências do comportamento

www.paradigmaac.org
Rua Wanderley, 611
Perdizes São Paulo/SP
Tel. 11 3672 0194
CRP 06/5164-J

Análise do comportamento e sociedade

De que forma a Análise do Comportamento pode se inserir no processo político

Maria Fernanda Spinol e Fernando Albregard Cassas

A Análise do Comportamento como ciência tem se dedicado, mais recentemente, ao estudo de processos grupais e políticos (Pessotti 2016; Mattaini, 2003; Mallot e Glenn, 2006; para citar alguns). Esses trabalhos têm se preocupado, por exemplo, em debater formas conceituais de descrição do comportamento do indivíduo em grupo e analisar os movimentos sociais e a violência, entre outros.

Isso significa que seria possível descrever os motivos que fazem com que os indivíduos se comportem em qualquer âmbito social. Uma dessas esferas é a política, tanto no que se refe-

As eleições foram uma forma de solucionar essa questão elegendo um cidadão específico (ou um conjunto deles) com o objetivo de que ele seja responsável pela organização dos recursos que aquela comunidade produz.

re às mobilizações sociais (Cassas, 2016; 2007), como o papel da Análise do Comportamento, como ferramenta conceitual, na política (Pessotti, 2016; Fawcett et al, 1988), além da análise de políticas públicas.

O presente texto tem como objetivo apresentar a forma como alguns autores da Análise

do Comportamento têm discutido a política, especificamente, o comportamento dos candidatos durante um processo eleitoral e comentar como a Análise do Comportamento pode servir de ferramenta conceitual para a avaliação de políticas públicas.

Análise do Comportamento e o processo eleitoral

As pessoas se agrupam em um número muito grande e isso torna difícil que todos possam opinar sobre cada decisão feita a respeito do funcionamento do grupo. As eleições foram uma forma de solucionar essa questão elegendo

um cidadão específico (ou um conjunto deles) com o objetivo de que ele seja responsável pela organização dos recursos que aquela comunidade produz. Ou seja,

uma pessoa é selecionada para decidir de que maneira os recursos (materiais) serão divididos entre todos. Nesse sentido, todos os reforçadores produzidos pela comunidade estão em posse daqueles eleitos e a eles atribuímos o poder de decisão de como essa gama de reforçadores será distribuída.

Parte da função da análise do comportamento, nesse sentido, é elucidar quais são as variáveis de controle que operam no momento da distribuição desses recursos. Para Pessotti (2016) essa questão poderia ser descrita como sendo a função política da Análise do Comportamento: desvendar as técnicas de controle do comportamento utilizadas por aquele que detém o poder atribuído via eleições.

Goldstein e Pennypacker (1998) são dois autores que fizeram uma análise interpretativa com o objetivo de avaliar quais são as possíveis variáveis de controle que operam sobre o comportamento, inicialmente, do candidato e, em seguida, do eleito.

Para os autores, há uma mudança nas condições de reforçamento do político desde o momento de lançamento da candidatura, pois ele passa a ter acesso a reforçadores sociais diferentes dos quais tinha anteriormente (por exemplo, o dinheiro doado para campanha). Por ter acesso a esses reforçadores antes de ser eleito, perder a campanha significa também perdê-los e o candidato passa a se esquivar de possível condição aversiva futura. Para se esquivar, busca maior apoio e, conseqüentemente, mais dinheiro para sua campanha.

No caso de vitória (eleição), os autores afirmam que ocorre uma mudança no ambiente social do candidato. Sendo assim, o indivíduo, agora eleito, passa a ter contato com outros políticos, além de ganhar empregados selecionados para auxiliá-lo e ter a sua disponível uma verba pública. Se antes o político pretendia e prometia, por exemplo, a melhoria do serviço público, agora ele se

comporta para não perder o cargo e todos os benefícios a ele associados. Para manter a nova condição, o político faz coisas que, não necessariamente, estão relacionadas com as melhorias prometidas durante a campanha. Além disso, conforme seu mandato se aproxima do fim, ele passa a se preocupar em ser reeleito ou arranjar outro cargo que mantenha os tais reforçadores. Seu comportamento passa a ser controlado,

Parte da função da análise do comportamento, nesse sentido, é elucidar quais são as variáveis de controle que operam no momento da distribuição desses recursos.

portanto, não mais pelas condições da eleição (ou seja, em busca dos votos e da aprovação da população), mas sim pelas condições de manutenção dentro da “comunidade” política com a qual lida diariamente. Uma contingência como

No caso de vitória (eleição), ocorre uma mudança no ambiente social do candidato. Agora ele se comporta para não perder o cargo e todos os benefícios a ele associados.

essa dificilmente se alterará, pois os reforçadores tem magnitude muito alta para que outro esquema concorrente entre em vigor.

Um caminho para mudar essa condição seria, segundo Goldstein e Pennypacker (1998), aumentar o controle da população sobre o comportamento dos políticos. Os cidadãos que eram responsáveis pela manutenção do comportamento do político, inicialmente, devem continuar em contato com o candidato, devem

Um caminho para mudar essa condição seria aumentar o controle da população sobre o comportamento dos políticos.

mantê-lo, na mesma frequência antes, caso ele seja eleito, ou seja, como condição de manutenção do político na posição de eleito. Uma forma

de fazer isso seria realizar uma votação anual (enquanto durasse o mandato do candidato), perguntando à população se o político eleito poderia continuar no cargo por um ano adicional: em caso afirmativo, o candidato se manteria no poder por mais um ano; em caso negativo, teria direito a mais um ano para mudar a sua avaliação. Caso, no ano seguinte, tivesse resultado negativo novamente, novas eleições seriam organizadas de maneira a ocupar a sua vaga com outro candidato.

Dessa forma, a população voltaria a manipular os reforçadores para retomar o controle sobre o comportamento dos políticos eleitos.

Análise do Comportamento no sistema político

Segundo Fawcett et al. (1988), a Análise do Comportamento pode realizar três tarefas para se envolver nas decisões das esferas políticas.

A primeira delas seria desenvolver análises conceituais relevantes sobre, por exemplo, a construção, aplicação e efetividade de uma política pública. Ou seja, o analista do comportamento poderia analisar um projeto em âmbito coletivo, como saúde, educação e habitação e avaliar o quanto ele é aplicável naquele contexto ou, se já foi aplicado, quais

É possível, como afirma Fawcett et al. (1988), inserir a ciência comportamental dentro do debate político e propor formas mais igualitárias de divisão dos recursos produzidos pela comunidade.

foram os resultados obtidos e como poderia ser corrigido ou reformado. Exemplos disso são a análise feita por Ellis e Magee (2007) sobre o programa de educação estadunidense *No Child Left Behind* e o trabalho de Goldstein e Pennypacker (1998) sobre as eleições citado anteriormente.

A segunda tarefa seria desenvolver pesquisas relevantes para o âmbito político. Ou seja, o analista do comportamento poderia produzir conhecimento em ciência básica e aplicada de maneira a auxiliar na execução de projetos públicos. Exemplos desse tipo de tarefa são o trabalho de Miguel (2016) sobre o uso do Manejo de Contingências para tratamento ambulatorial de dependentes de crack, realizado em São Paulo, e o trabalho de Stokes e Fawcett (1977) sobre uma intervenção com coleta de lixo nos Estados Unidos.

A última tarefa refere-se ao próprio analista do comportamento, que poderia desenvolver projetos de políticas públicas e submetê-los aos políticos para votação nas câmaras legislativas. Nesse caso, junto com o legislador, o analista do comportamento poderia planejar a forma de apresentar o projeto que tivesse maior probabilidade de ser aprovado.

Realizando qualquer uma dessas quatro tarefas, o analista do comportamento se inseriria nos processos decisórios de sua comunidade.

Concluindo

A Análise do Comportamento como área de conhecimento já possui ferramentas conceituais e aplicadas para descrever qualquer processo que envolva algum tipo de comportamento. Nesse sentido, é possível, como afirma Fawcett et al. (1988), inserir a ciência comportamental dentro do debate político e propor formas mais igualitárias de divisão dos recursos produzidos pela comunidade. ■

Referências

Cassas, F. A. (2015) Como a Análise do Comportamento pode contribuir para a análise de movimentos sociais? *Boletim Paradigma*, v. 10, 33-35.

Cassas, F. A. (2007) *Contribuições da análise do comportamento ao estudo do comportamento político*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Ellis, J.; & Magee, S. (2007) Contingencies, macrocontingencies, and metacontingencies in current educational practices: No child left behind? *Behavior and Social Issues*, 16 (1), 5-26.

Fawcett, S. B.; Bernstein, G. S.; Czyzewski, M. J.; Greene, B. F.; Hannah, G. T.; Iwata, B. A.; Jason, L. A.; Mathews, R. M.; Morris, E. K.; Otis-Wilborn, A.; Seekins, T. & Winett, R. A. (1988) Behavior Analysis and Public Policy. *The Behavior Analyst*, 11(1), 11-25.

Goldstein, M. K.; Pennypacker, H. S. (1998). From candidate to criminal: the contingencies of corruption in elected public office. *Behavior and Social Issues*, 8 (1), 1-8.

Malott, M. E.; Glenn, S. S. (2006). Targets of intervention in cultural and behavior change. *Behavior and Social Issues*, 15 (1), 31-56.

Mattaini, M. A. (2003) Understanding and reducing collective violence. *Behavior and Social Issues*, 12 (2), 90-108.

Miguel, A. Q. C (2016) *Avaliação da eficácia do manejo de contingências no tratamento ambulatorial padrão para indivíduos com diagnóstico de dependência de crack*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Pessotti, I. (2016) Análise do comportamento e política. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18, 95-103.

Stokes, T. F. & Fawcett, S. B. (1977) Evaluating municipal policy: an analysis of a refuse packaging program. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 10 (3), 391-398.

Maria Fernanda Spinol é mestranda do Programa de Análise do Comportamento Aplicada do Paradigma – Centro de Ciências e Tecnologia do Comportamento. Psicóloga pela PUC/SP.

Fernando Albregard Cassas é docente do Programa de Análise do Comportamento Aplicada do Paradigma – Centro de Ciências e Tecnologia do Comportamento. Doutor em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento e Mestre em Psicologia: Psicologia Social pela PUC/SP.



PÚBLICO-ALVO

Profissionais graduados em nível superior, em qualquer área de conhecimento, desde que seu tema de interesse seja o comportamento humano aplicado à sua área de formação e interesse.

- Cultura
- Desenvolvimento Atípico
- Desenvolvimento Sustentável
- Economia Comportamental
 - Educação
 - Marketing
- Organizações
- Processos Grupais
- Psicologia Ambiental
 - Psicologia Clínica
- Psicologia do Esporte e da Atividade Física
 - Saúde
- Segurança
- Segurança no Trabalho

MESTRADO PROFISSIONAL EM ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA

**Primeiro mestrado profissional
Stricto Sensu da área de psicologia
recomendado pela CAPES**

ESTRUTURA DO CURSO

30 créditos (15 horas cada) distribuídos dentre as seguintes atividades:

DISCIPLINAS OBRIGATORIAS:	9 créditos
DISCIPLINAS ELETIVAS:	6 créditos
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO:	9 créditos
FORMAÇÃO COMPLEMENTAR OBRIGATORIA:	6 créditos

CORDENAÇÃO: CANDIDO V. B. B. PESSÔA

DURAÇÃO: 4 semestres - Início FEVEREIRO/2018

AULAS: Segundas-feiras das 19h às 22h
Terças-feiras das 17h às 22h

INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES

tel: (11) 3672.0194
www.paradigmaac.org
facebook.com/acparadigma
twitter.com/acparadigma



centro
paradigma
 ciências do comportamento

Análise do comportamento e psicoterapia

Terapia Comportamental Dialética (DBT): Uma Breve Apresentação

Jan Luiz Leonardi

Com raízes na análise do comportamento, na filosofia dialética e na prática Zen, a *Terapia Comportamental Dialética* (DBT, do original *Dialectical Behavior Therapy*) foi desenvolvida por Marsha Linehan como uma forma de intervenção em comportamentos suicidas e de automutilação. Posteriormente, a DBT foi reconhecida como o tratamento padrão-ouro para o transtorno da personalidade borderline e, mais recentemente, vem sendo adaptada e pesquisada para outros quadros clínicos, envolvendo crianças, adolescentes e adultos. Em vista disso, a DBT é considerada, atualmente, uma terapia comportamental transdiagnóstica.

A criação da DBT remonta às tentativas fracassadas de modificar comportamentos suicidas e de automutilação que Marsha Linehan fez na década de 1970 com terapia comportamental (à época, um tanto eclética na teoria e

na prática) e, pouco depois, com procedimentos de aceitação pura (embasados em práticas contemplativas orientais).

Tendo em vista que tanto terapia comportamental quanto aceitação pura foram ineficazes, Marsha começou a desenvolver uma abordagem que buscava equilibrar aceitação e mudança (polos opostos que explicitam a concepção dialética na DBT), o que culminou

A DBT foi reconhecida como o tratamento padrão-ouro para o transtorno da personalidade borderline e, mais recentemente, vem sendo adaptada e pesquisada para outros quadros clínicos, envolvendo crianças, adolescentes e adultos.

na publicação dos seus manuais – o *Cognitive-Behavioral Treatment of Borderline Personality Disorder* e o *Skills Training Manual for Treating Borderline Personality Disorder*, este último ampliado e republicado sob o título de *DBT Skills Training Manual*. Desde então, mais de 35 ensaios clínicos demonstrando a

eficácia da DBT para diferentes quadros clínicos foram publicados.

A DBT é uma terapia orientada por princípios, ou seja, não é um protocolo rígido que deve ser seguido sessão a sessão. Desse modo,

O modelo padrão dessa terapia engloba quatro componentes:

(1) psicoterapia individual; (2) treino de habilidades; (3) consultoria por telefone; e (4) reunião de consultoria entre terapeutas.

diferentes procedimentos de intervenção podem ou não ser utilizados a depender das necessidades de cada caso, o que possibilita que o terapeuta empregue de maneira rigorosa um tratamento estruturado e, ao mesmo tempo, fique responsivo à singularidade de cada cliente.

Embora seja possível adotar os princípios da DBT em qualquer situação clínica, o modelo padrão dessa terapia engloba quatro componentes: (1) *psicoterapia individual*, na qual o terapeuta, orientado pela análise em cadeia (um tipo de análise funcional), visa modificar comportamentos-alvo aplicando técnicas específicas; (2) *treino de habilidades*, voltado à instalação e ao fortalecimento de determinados

Com base nesse monitoramento dos comportamentos-alvo, o terapeuta navega por três paradigmas de intervenção: aceitação, mudança e dialética.

repertórios comportamentais, a saber: *mindfulness* (entendido como o processo intencional de observar, descrever e participar de uma única atividade no momento presente e sem julgamento); efetividade interpessoal (assertividade, aprimorar relacionamentos e manter-se fiel a seus valores); regulação emocional (diminuir a frequência de emoções indesejadas, controlar fatores de vulnerabilidade às emoções, etc.); e tolerância a mal-estar (que abarca técnicas emergenciais de sobrevivência a crises e aceita-

ção da realidade); (3) *consultoria por telefone*, para manejar situações de crise, generalizar as habilidades treinadas e fomentar a relação terapêutica; e (4) *reunião de consultoria entre terapeutas*, cujo objetivo é cuidar da competência

técnica e da motivação dos profissionais que trabalham com casos graves e/ou de difícil manejo. Além disso, caso a demanda do cliente

requiera outras intervenções que vão além do que a DBT tem a oferecer, é recomendado fazer uso de *tratamentos auxiliares* (intervenções empiricamente sustentadas para problemas clínicos específicos, como a terapia de exposição com prevenção de respostas para transtorno obsessivo-compulsivo).

Para organizar a intervenção, a DBT utiliza uma hierarquia clínica construída por meio da tradução das queixas do cliente em comportamentos-alvo, que são categorizados em diferentes estágios. Assim, comportamentos que colocam a vida em risco, tais como ações suicidas e automutilação, estão no topo da hierarquia, uma vez que, obviamente, o

cliente precisa estar vivo para que a terapia funcione. Comportamentos que interferem na terapia, como faltar na sessão e não im-

plementar as habilidades ao longo da semana, são os próximos da lista. E assim a hierarquia segue, até chegar nos objetivos de vida do cliente. Uma vez que os comportamentos-alvo foram selecionados e hierarquizados nos diferentes estágios, o cliente registra suas frequências e intensidades em um cartão diário, que é examinado no início de cada sessão de terapia individual. Tradicionalmente, o preenchimento do cartão diário é feito à lápis ou caneta em uma folha padronizada, mas gradualmente

esse formato vem sendo substituído por aplicativos de celular.

Com base nesse monitoramento dos comportamentos-alvo, o terapeuta navega por três paradigmas de intervenção, *aceitação, mudança e dialética*, o que é bastante útil quando se considera que a DBT contempla um número enorme de estratégias terapêuticas, além dos diversos protocolos que podem ou não ser utilizados a depender do caso.

No paradigma de aceitação, por exemplo, o terapeuta pode lançar mão de *validação*, compreendida como a comunicação clara e precisa de que a dor emocional sentida pelo cliente e sua dificuldade em resolver certa situação são coerentes e justificáveis. Nesse sentido, validar inclui manifestar interesse no que o cliente está falando, mostrar empatia por suas experiências e afirmar que seus sentimentos, pensamentos e comportamentos são compreensíveis e até adaptativos em razão da sua história (genética e ambiental).

Por sua vez, o paradigma de mudança abarca, fundamentalmente, a *análise em cadeia*, um tipo de análise funcional que visa identificar passo a passo os eventos que ocorreram antes e depois da emissão do comportamento-alvo e, portanto, descobrir qual parte requer intervenção, e a *análise de soluções*, que diz respeito ao planejamento e à implementação de técnicas estruturadas para mudar elementos específicos da cadeia. As soluções utilizadas pela DBT se baseiam em procedimentos de intervenção oriundos das terapias comportamentais e cognitivo-comportamentais, o que inclui técnicas de controle de estímulos, exposição, modificação cognitiva, manejo de contingências e

desenvolvimento de repertório comportamental. Ainda dentro do paradigma de mudança, a DBT possui algumas estratégias de *comprometimento*, que visam promover motivação no cliente para aderir a um procedimento específico ou ao plano de trabalho como um todo.

Além de equilibrar os paradigmas de aceitação e de mudança, a DBT dispõe de um conjunto de *estratégias dialéticas*, voltadas a solucionar entraves no processo terapêutico. Um exemplo disso é a estratégia chamada *fazer dos limões uma limonada*, em que o terapeuta mostra o valor de determinada adversidade como uma oportunidade para aprender comportamentos novos ou exercitar as habilidades aprendidas.

Por fim, é importante observar que a DBT tem dois estilos de comunicação terapêutica: a *comunicação recíproca*, onde o terapeuta é acol-

A DBT tem dois estilos de comunicação terapêutica: a *comunicação recíproca*, onde o terapeuta é acolhedor, cuidadoso, empático, caloroso e sensível, mantém-se responsivo ao relato do cliente e analisa de maneira objetiva o problema trazido por ele; e a *comunicação irreverente*, geralmente utilizada em situações de impasse no processo terapêutico, que envolve humor excêntrico, confrontação, mudar o tom e a intensidade da voz, dizer explicitamente o que muitos não teriam coragem de dizer, etc.

hedor, cuidadoso, empático, caloroso e sensível, mantém-se responsivo ao relato do cliente e analisa de maneira objetiva o problema trazido por ele; e a *comunicação irreverente*, geralmente utilizada em situações de impasse no processo terapêutico, que envolve humor excêntrico, confrontação, mudar o tom e a intensidade da voz, dizer explicitamente o que muitos não teriam coragem de dizer, etc.

Em suma, a DBT tem por objetivo tratar problemas de saúde mental, proporcionar alívio em sofrimento psicológico e ajudar na

construção de uma vida plena. Vale destacar que a DBT tem um forte compromisso com a sustentação empírica de seus princípios; portanto, para ser um bom terapeuta DBT, é fundamental manter-se atualizado com os avanços tanto da ciência psicológica básica quanto da pesquisa clínica em psicoterapia.

Para saber mais sobre a DBT, sugiro, além dos manuais da Marsha Linehan, a leitura dos livros *Doing Dialectical Behavior Therapy: A Practical Guide*, de Kelly Koerner; *Changing Behavior in DBT: Problem Solving in Action*, de Heidi L. Heard e Michaela A. Swales; e *DBT Principles in Action: Acceptance, Change, and Dialectics*, de Charles R. Swenson. ■

Jan Luiz Leonardi possui graduação em Psicologia pela PUC-SP, especialização em Terapia Analítico-Comportamental pelo Núcleo Paradigma, mestrado em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento pela PUC-SP e doutorado em Psicologia Clínica pela USP. Tem formação em Terapia Comportamental Dialética (DBT) pelo *Behavioral Tech/The Linehan Institute*, onde cursou o *Dialectical Behavior Therapy Intensive Training*, o *Dialectical Behavior Therapy Prolonged Exposure Protocol for PTSD* e o *DBT Skills Training*. Foi vice-presidente da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC) na gestão 2015-2016, supervisor clínico de residentes em Psiquiatria da Faculdade de Medicina da USP e idealizador do Curso de Verão em Análise do Comportamento da PUC-SP. Atua como coordenador acadêmico, professor, orientador e pesquisador no Paradigma – Centro de Ciências e Tecnologia do Comportamento e como terapeuta no Dialectica – Psicoterapia Baseada em Evidências.

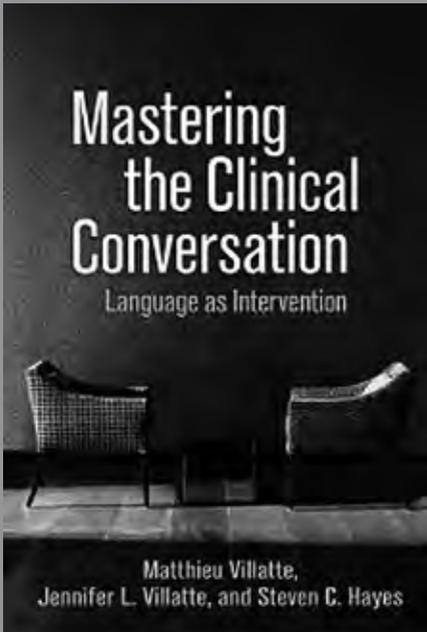
WORKSHOP INTERNACIONAL

DOMINANDO COM EXCELÊNCIA A CONVERSA CLÍNICA: A LINGUAGEM COMO INTERVENÇÃO

Mastering the Clinical Conversation: Language as Intervention

MATTHIEU VILLATTE

de 10 a 11 de novembro de 2017



Neste workshop, Matthieu Villatte apresenta uma abordagem teórica e prática sobre a linguagem, com o objetivo de propiciar o seu uso intencional e produzir efeitos terapêuticos relevantes, independentemente de pacotes ou modelos de tratamento específicos.

Partindo da Teoria das Molduras Relacionais (RFT) e da Ciência Comportamental Contextual (CBS), o curso explora o papel dos processos da linguagem no desenvolvimento e na manutenção de problemas psicológicos e responde à uma questão clínica crucial: **como os psicoterapeutas podem transformar o sofrimento psicológico causado pela linguagem e cognição a partir do uso da linguagem e cognição?**

A estrutura prática do curso destina-se a desenvolver competências e habilidades do terapeuta. Inclui demonstrações e análises em tempo real ou em vídeo, exercícios experienciais, ensaios de habilidades e planejamento para um aprimoramento contínuo.

nível

nenhum conhecimento prévio de CBS ou RFT é necessário

duração

12 horas

informações e inscrições

Paradigma Centro de Ciências do Comportamento

Matthieu Villatte, PhD é autor de livros e treinador e supervisor de terapeutas.

Seu novo livro, *Mastering the Clinical Conversation: Language as Intervention* (2016), escrito em co-autoria com Jennifer Villatte e Steven Hayes, já é uma referência na área de linguagem em psicoterapia. Matthieu Villatte é também *peer-reviewer* e *trainer* de Terapia de Aceitação e Compromisso reconhecido pela Associação para Ciências Contextual do Comportamento (ACBS).

Facilitador de mais de uma centena de treinamentos clínicos nos EUA, Canadá, Austrália-Nova Zelândia, América do Sul e Europa e de dezenas de treinamentos online, reunindo participantes de todos os continentes.

CURSO**ABA PARA PAIS DE INDIVÍDUOS COM TEA****coordenação****ANDREA C. P. RIBELA NAITO****CÁSSIA LEAL DA HORA****CLÁUDIA S. F. N. COIMBRA****objetivo**

O objetivo do curso é apresentar os princípios básicos da intervenção baseada em ABA, a pais/responsáveis de indivíduos com TEA, para que tenham conhecimento sobre os principais procedimentos utilizados no ensino de novos comportamentos e diminuição de comportamentos críticos. Também pretende ensiná-los como levantar hipóteses funcionais acerca das variáveis mantenedoras dos comportamentos de seus filhos.

principais temas abordados

- O que é ABA
- Definição de Comportamento
- O que influencia e mantém o comportamento do seu filho: hipóteses funcionais
- Estratégias para ensino de novos comportamentos
- Estratégias para diminuição de comportamentos críticos
- Estratégias para promoção de autonomia

público-alvo*

responsáveis por indivíduos diagnosticados com TEA

periodicidade

9 encontros, por um semestre, às sextas-feiras, das 18h30 às 21h30

datas

21 e 28/07 | 11 e 25/08 | 22/09
27/10 | 17/11 | 8 e 15/12



centro
paradigma
ciências do comportamento